

Os provocadores de sempre

Grupos paramilitares organizam atentados e tumultos, tentando jogar a sociedade contra a CUT e o PT **pág. 4**

Roberto Parizotti/Tribuna Metalúrgica



Querem rasgar a Constituição

Mais de dois milhões de trabalhadores entraram em greve em abril. E o movimento cresce mais e mais. Sarney decreta medidas que violam o direito de greve, contrariando a nova Carta. **págs. 3 e 5**

**Entrevista
com
Raimundo Faoro**
págs. 10 e 11

**As manipulações
da grande
imprensa**
pág. 12

**Empresas
dobram lucros
em 88**
pág. 8

**Mandel
fala da
perestroika**
Última pág.

Editorial

Alerta aos militantes

A crise política do país atingiu proporções alarmantes.

De um lado, esse simulacro de governo que está aí, sem qualquer sustentação popular, baixa pacotes atrás de pacotes no campo econômico que só fazem descontrolar ainda mais o processo a que se propôs estancar. A inflação, que o Plano Verão deveria frear, volta nesse momento, com os agentes econômicos já trabalhando com a perspectiva de taxas mensais de 30% a partir de julho. É intensa a fuga de capitais - um sinal da absoluta descrença dos investidores no futuro do país -, manifestada na disparada do dólar no mercado paralelo (na primeira semana de maio, este já era 2,5 vezes superior ao câmbio oficial).

De outro lado, os trabalhadores são arrojados como nunca. Mas, ao contrário do que esperavam o governo e os grandes empresários (que, como mostra a reportagem da pág. 8, continuam garantindo lucros estupendos), os assalariados não se dispuseram a aceitar mais essa humilhação: greves, atos públicos, passeatas se disseminam em todo país. Mais de 2 milhões de trabalhadores cruzaram os braços só no mês de abril.

O governo, mesmo tendo absoluta consciência de que se trata de pura questão de sobrevivência, tenta quebrar esses movimentos com medidas repressivas que lembram os tempos da ditadura. A medida provisória n.º 50 decretada por Sarney, ao praticamente suprimir o direito do livre exercício da greve, é uma ameaça concreta à continuidade do processo democrático.

Todo esse quadro de instabilidade política é o caldo de cultura ideal para a ação de provocadores da direita, como os que promoveram o atentado em Volta Redonda. E também para que se infiltrem agentes nos movimentos dos trabalhadores, buscando criar na opinião pública uma imagem negativa das greves e da luta social.

Nós, militantes do PT, mais do que nunca devemos estar alertas. Nos colocarmos à frente da luta, sem vacilação. Ao mesmo tempo, a máxima responsabilidade nos é exigida: fechamos todos os espaços aos aventureiros e provocadores da direita. Isso é fundamental para levar o movimento a bom termo. E para que o PT se fortaleça ainda mais no enfrentamento político geral, que neste ano decisivo tem por objetivo eleger Lula presidente.

Notas/Informações

De Vitória

A Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Vitória vai implantar, até o final de maio, o Programa Materno-Infantil que atenderá as crianças carentes de zero a sete anos. Este programa será desenvolvido através da Organização Panamericana de Saúde juntamente com a Secretaria de Estado da Saúde.

Inicialmente dois postos de saúde municipais, da Grande Vitória e Santo André, terão, dentro do Programa, dois consultórios ginecológico e pediátrico para atender as comunidades carentes.

A Secretaria da Saúde também está reformando o posto de atendimento médico na Ilha de Caieiras, onde

será implantada uma sala específica para imunização. Além disso, todos os funcionários serão treinados para melhor desempenho nas campanhas de vacinação.

• • •

O secretário de Transportes da PMV, Paulo Vinha, determinou que os ônibus que não tiverem realizado a mudança da posição das roletas até o dia 10 de maio terão que circular sem cobrar passagem. Até o momento, 55% da frota das viagens de Vitória já modificaram a posição da roleta. A partir dessa data, os usuários passarão a embarcar pela porta da frente e desembarcar pela de trás.

Vão-se os dedos...

Em um debate realizado pelo Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), em São Paulo, Lula aconselhou um grupo de empresários a "cederem os anéis para não perderem os dedos". Ele se referia à necessária retomada do desenvolvimento econômico com base no mercado interno, visto que o fechamento do mundo em três grandes blocos (Europa, Japão e EUA) abalará os modelos de desenvolvimento fundamentados nas exportações. afirmou, ainda, que a retomada do crescimento só será possível num clima de diálogo em que se firme como política a recuperação e posterior aumento do poder aquisitivo dos assalariados.

O debate transcorreu sem grande polêmica, Lula respondeu a 30 perguntas e tranquilizou os empresários que se mostravam preocupados com a perspectiva de ampla estatização no caso de vitória do PT: "O primeiro passo de um governo sério não é estatizar mas fazer funcionar o que está estatizado", disse Lula. Explicou, também, que o PT ainda está estudando se o sistema financeiro deve ser estatizado: "Precisamos ver o que é mais lucrativo".

Respondendo à pergunta de um consultor empresa-

rial que queria saber quanto tempo deveria vigorar a suspensão do pagamento da dívida externa, Lula explicou que se durante cinco anos o Brasil aplicasse em um fundo de desenvolvimento os recursos que destina para o pagamento da dívida, investindo em áreas como desenvolvimento tecnológico, educação e agricultura, daria um pontapé inicial extraordinário para o desenvolvimento interno de um país que precisa crescer 7% ao ano. Lula garantiu que "há muitos aliados lá fora". Ele acredita que o país deve adotar novos moldes para a negociação da dívida e disse que neste processo os sindicatos de trabalhadores europeus seriam importantes aliados, pressionando seus governos na direção de uma solução que penalizasse menos os países do Terceiro Mundo.

Lula afirmou, finalizando, que aposta em uma outra fonte de recursos externos para o Brasil: a Amazônia. Sem abrir mão da soberania, nem do território, mas sem se fechar no nacionalismo tacanho do governo Sarney (que permite a ação livre das multinacionais na área), Lula sugeriu que recursos externos poderiam ser bem utilizados na preservação e no desenvolvimento da região.

Riocentro II

Reunidos na Assembléia Legislativa de São Paulo para discussão do Programa de Governo da Frente Brasil Popular, os Partidos que a integram foram surpreendidos pela notícia do criminoso atentado contra o Memorial em Homenagem aos Mártires de Volta Redonda, inaugurado no dia 1.º de maio, dia do trabalhador.

É evidente a gravidade do fato, que aliás nos lembra o atentado do Riocentro. É inaceitável que o país veja a volta dos atentados à bomba sob os olhos do governo e das autoridades constituídas, que parecem apostar no pior. A impunidade da

atuação dos grupos paramilitares de direita e as provocações feitas nas últimas semanas são a prova de que setores retrógrados e reacionários atentam novamente contra a democracia, contra os direitos individuais e coletivos garantidos na Constituição.

Os partidos da Frente Brasil Popular condenam o atentado de Volta Redonda, e exigem a apuração e a punição dos responsáveis e conclamam as forças democráticas e progressistas a se mobilizarem contra a volta das provocações e atentados à bomba. (Frente Brasil Popular)

SOS seringueiros

O recente atentado contra Osmarino Amâncio Rodrigues (06/04/89) se inscreve na escalada de violências prevista pelos participantes do I Congresso dos Povos da Floresta (25 a 31 de março).

Corroborando estas preocupações, circulam rumores de que grande quantidade de armas de procedência belga, checa e israelense, adquiridas no mercado paralelo, estão sendo introduzidas através da fronteira boliviana, provavelmente para reforçar os arsenais da UDR. O clima de tensão só tende a aumentar com a chegada da seca, quando as queimadas e os desmatamentos são retomados. Além disso, o fato de 1989 ser ano de campanha presidencial "obriga" que os atentados sejam feitos até julho - com o máximo de eliminação das lideranças e fora do período "quente" da campanha presidencial.

Cinco meses já se passaram desde a morte de Chico Mendes e, apesar de ter declarado ser prioridade de seu governo a apuração do crime, o governador do Acre, Flaviano Melo, ainda não concedeu ao delegado de Xapuri, Nilson Alves, o reforço policial e os recursos materiais requisitados, sem os quais não será possível capturar o fazendeiro Alvarino, apontado como mandante do crime.

Para que sejam impedidos novos atentados contra a vida de Osmarino e que o delegado Nilson Alves seja atendido em suas reivindicações, o Comitê de Apoio aos Povos da Floresta solicita a todos os companheiros que encaminhem telegramas e cartas de protesto às autoridades, enviando-os para: Palácio do Governo do Acre, Rio Branco, CEP 69900 - telex 068 - 2593 ou 2513.

CPF - Dan Schneider/Maurício Waldman

Assuntos Institucionais

A Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais do PT divulgou o seguinte calendário de atividades para os meses de maio e junho:

- * 18 e 19 de maio: Encontro Nacional de Secretários de Cultura do PT em Campinas (SP);
- * 2 e 3 de junho: Encontro Nacional de Secretários de

Agricultura do PT, em Chapecó (SC);

- * 6 e 7 de junho: Encontro de Secretários de Comunicação e Assessores de Imprensa do PT, em Piracicaba (SP);

- * 10 e 11 de junho: Encontro Nacional de Secretários de Transporte do PT, em Porto Alegre (RS).

Sociedade

Um SOS pela democracia

Resolução política da CEN condena os atentados, combate a ofensiva da direita e conclama as forças democráticas a lutarem contra as tentativas de desestabilizar as greves e a candidatura Lula

A vitória eleitoral de novembro de 1988, a greve geral de 14/15 de março e a mais intensa mobilização sindical já vista até hoje, que comprovam o crescimento das lutas sociais e as possibilidades do PT na luta institucional, criaram uma nova situação política no país. Frente a ela, o governo Sarney e setores da direita tentam barrar o ascenso da luta social e o crescimento eleitoral da candidatura Lula através de uma política de provocação e desestabilização.

Sinais de manobra

Os sinais mais evidentes desta mudança de conjuntura - avaliada na última reunião da Comissão Executiva Nacional (CEN), de 5 de maio último - são o atentado de Volta Redonda e a posição do governo ao enviar ao Congresso Nacional a medida provisória n.º 50.

Uma série de provocações dirigidas ao PT e ao movimento sindical, por parte da grande imprensa, de setores do empresariado, do governo ou de setores das Forças Armadas indica, segundo a resolução política da CEN, que "o governo Sarney, as Forças Armadas e os setores de direita, frente à possibilidade real de serem derrotados no campo da disputa política e social, vão deslocando o centro da disputa para o campo da provocação e da repressão". Estas, para se legitimarem, dependem de um pretexto: a criação de um clima de instabilidade e insegurança.

Mudança de campo

Esta parece ser a tática do governo e do Estado Maior que o dirige, prossegue a resolução da CEN, que tanto pode estar no núcleo militar do governo, como no núcleo político, envolvendo setores do empresariado, dos partidos de direita, além da comunidade de inteligência militar.



Este quadro mostra que a disputa do governo e da burguesia com nossa candidatura e com o movimento

popular e sindical saiu do campo da luta política eleitoral e passou para o campo da ilegalidade e da repres-

são. Tudo indica que nos planos do governo está a possibilidade real de desmobilizar o movimento sindi-

cal e inviabilizar uma vitória eleitoral do PT antes de 15 de julho, quando a campanha praticamente toma conta das ruas e invade os meios de comunicação.

A nova situação política coloca para o PT e para o movimento sindical - particularmente para os dirigentes petistas da CUT - a necessidade de avaliar nossa tática política na frente eleitoral e na frente sindical, para não sermos derrotados pela ofensiva da direita e do governo. A CEN propôs a adoção de uma série de iniciativas (ver o quadro), entre elas a articulação de uma frente com partidos, entidades, sindicatos e associações, para desencadear uma campanha em defesa dos direitos e liberdades políticas e de denúncia dos atentados e provocações.

As providências sugeridas pela CEN são necessárias para mantermos a mobilização social e a disputa eleitoral. O PT tem a experiência das campanhas eleitorais de 1985 e 1986 e das provocações como os incidentes em Leme, o badernaço, e a aventura do assalto a banco em Salvador. Neste momento, parece evidente que o governo pretende isolar o movimento sindical e jogar o PT no gueto. Para isso, se aproveita do agravamento da situação econômica (inclusive fazendo um paralelo com a situação de hiperinflação e instabilidade reinantes na Argentina). Cria, assim, um clima de terror, com provocações, repressão às greves, valendo-se do fato de algumas delas afetarem diretamente a vida da população.

O público-alvo do governo são os setores médios da sociedade e os trabalhadores não organizados, ficando evidente na propaganda governamental, e mesmo na grande imprensa, o objetivo de amedrontar a população.

(Esta resolução, com as medidas aqui detalhadas, deve ser divulgada, discutida e implementada por todo o partido).

Isolar o governo
vencer a direita

São essas as iniciativas aprovadas pela Executiva Nacional do PT para isolar as manobras do governo e da extrema-direita:

1) Articular com os partidos democráticos e de esquerda e entidades da sociedade civil uma campanha em defesa das liberdades políticas e sindicais e de denúncia dos atentados e provocações;

2) Realizar atos públicos, fazer manifestos, declarações nos parlamentos e de nossos prefeitos, contra os atentados e provocações, pelo direito de greve e por uma política salarial justa;

3) Apoiar e manter a luta sindical e a realização de greves em defesa dos direitos dos trabalhadores e seus salários, denunciando toda provocação e repudiando métodos de luta isolados, sem apoio das assembleias e das direções sindicais;

4) Discutir com o movimento sindical a mobilização para derrotar a Medida Provisória n.º 50. Trabalhar para que o próprio movimento sindical discuta e aprove um Código de Ética que garanta à população o acesso aos serviços vitais de que necessita, sem conciliação com os interesses dos patrões. Discutir a realização de um Seminário Nacional Sindical para avaliação das greves e da situação política atual;

5) Estudar uma política mais ampla para a defesa dos direitos e conquistas dos trabalhadores e uma reunião suprapartidária com este objetivo;

6) Manter a denúncia do governo Sarney, a luta contra sua política econômica, sua política fisiológica e corrupta.

Medida provisória

Particularmente em

relação à medida provisória n.º 50 baixada por Sarney, deve ser intensa a ação de todas as instâncias do partido no sentido de mobilizar a opinião pública para que o Congresso Nacional a reprove.

Aqui vão algumas sugestões:

— Denunciar todo o autoritarismo da medida: a ingerência sobre a democracia interna do movimento sindical (ao impor um quórum de um terço dos sindicalizados de cada categoria), a prescrição de punições, até com prisão, no caso da não-observância da medida e outras;

— Articular as entidades sindicais e democráticas locais para procurar os deputados federais da região a fim de pressioná-los a se posicionarem publicamente contra a medida provisória n.º 50.

Sindical

Os provocadores de sempre

Agentes policiais infiltrados no movimento popular vendem calúnias aos jornais que tentam jogar a sociedade contra a CUT e o PT.

“Manual de Adestramento de Militantes e Dirigentes Sindicais”: uma perigosa orquestração contra a CUT e o Partido dos Trabalhadores. Esta é a avaliação que a CUT está fazendo deste pseudodocumento que os jornais afirmam ter sido formulado e distribuído pela entidade sindical.

Primeiro surgiu a notícia de que o Exército se infiltrara em organizações sindicais e teria apreendido o tal documento junto com um vídeo da campanha do Lula. Depois começaram a aparecer diversas versões do “Manual”, em vários lugares do país, demonstrando claramente que há intenção de jogar a sociedade contra a CUT e o PT, num ano eleitoral. E justamente quando mais de dois milhões de trabalhadores se mobilizam para exigir a re-

posição salarial negada pelo “Plano Verão”.

Como o DOI-CODI

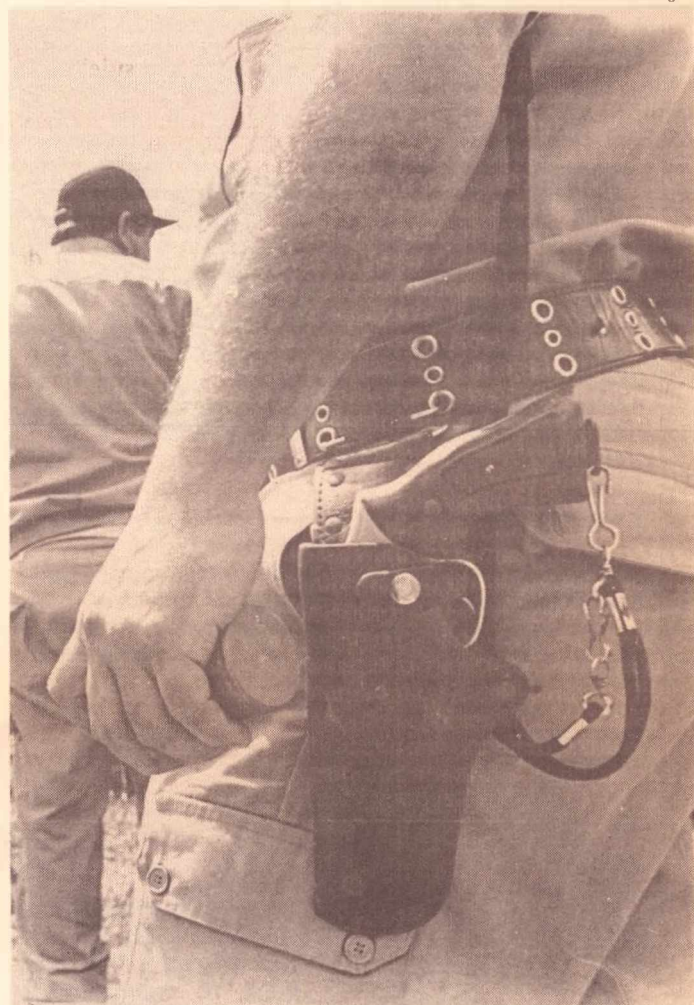
Curiosamente, em várias cidades (como Recife, São Paulo e Rio de Janeiro), agentes policiais identificados ou não, estão agindo de forma provocativa. Segundo documento da Executiva Nacional da CUT, esta é uma forma de constranger a livre manifestação dos brasileiros durante a campanha para as eleições presidenciais. Para a CUT, esta forma de ação não está muito longe das operações do DOI-CODI, na década de 70, nem do episódio do Rio-centro.

Segundo o jornalista Flávio Pachalski, assessor da CUT, mesmo numa avaliação superficial é possível perceber que o “Manual”

não foi elaborado pela entidade: “É uma falsificação de má qualidade. Só no cabeçalho de uma página do “Manual” aparece o termo CUT, e no próprio texto está dito que se trata da transcrição de um outro texto. Ou seja: o tal documento não foi apreendido, mas copiado, e não pode ser prova contra a entidade acusada”. Outros termos do “Manual”, como ditadura, provam que se trata de documento, no mínimo, anterior a 1984.

No documento falsificado chegaram a inserir frases do Congresso da CUT junto com outras que falam da conquista do poder. Para Flávio Pachalski isso é ridículo: “Estão querendo justificar perante a sociedade o porquê restringir o direito de greve. Nesse sentido, o governo federal tem interesse em que não saiam acor-

Roberto Parizotti/Tribuna Metalúrgica



PM's são instruídos para tumultuar

Material da Campanha

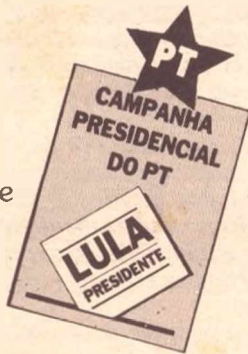
Camisetas, broches, adesivos, bandeiras etc., em grandes quantidades e com preços abaixo dos de mercado; Boletim e Jornal da Campanha; materiais diversos, vendidos ou de distribuição gratuita.

Comitês e Diretórios, escrevam para nós:

Distribuidora Nacional do PT
av. 11 de junho, 260
04041 - São Paulo - SP

Envie junto com a encomenda de materiais o nome e o telefone de alguém para efetuarmos um contato pessoal, visando acertar a forma de pagamento e o meio de transporte (se Correios, ônibus ou avião).

A Distribuidora Nacional do PT está estruturada para atender os Diretórios Regionais e Municipais, e os Comitês, com rapidez e eficácia. É um serviço que está à disposição do Partido. Qualquer que seja o local, de dois a dez dias a encomenda estará chegando. E a despesa de transporte / Correios é por nossa conta.



dos e que o número de greves aumente. No fundo, o objetivo é um só: favorecer uma candidatura de centro-direita”.

Além de procurar manter a população bem informada, a CUT vai exigir das autoridades investigação e esclarecimento dos fatos. Para isso, solicitou ao Ministério do Exército a divulgação do suposto relatório que acusa a CUT de elaborar o “Manual”. Esse requerimento foi protocolado no Ministério do Exército em 19 de abril, mas até agora não teve resposta.

Inquérito policial

A CUT também levou um dossiê ao ministro da Justiça, Oscar Dias Corrêa, no dia 28 de abril, mostrando todas as versões apre-

didadas até agora do tal “Manual”. A entidade solicitou ao ministro a abertura de inquérito policial com a apuração dos responsáveis por esta difamação. A CUT quer saber por que os agentes do Exército, em vez de fazerem uma acusação formal, preferiram divulgar a suposta apreensão anonimamente pela imprensa. Dias Corrêa simplesmente recebeu o documento. Nada mais.

Preocupada em exigir legalmente da imprensa a divulgação dos desmentidos, já que muitos veículos de comunicação a estão acusando sem provas, a CUT sabe que este tipo de orquestração contra o sindicalismo - e também contra o PT - é um ataque claro aos espaços democráticos conquistados pelo povo. (MD).

Sindical

CUT não acatará restrição à greve

A medida provisória n.º 50 baixada pelo governo Sarney, que limita drasticamente o direito de greve, não intimida os trabalhadores. O movimento sindical pressiona o Congresso a rejeitá-la

A Central Única dos Trabalhadores não vai se intimidar diante da medida provisória n.º 50, que restringiu o direito de greve. Foi essa a posição aprovada na reunião da Executiva Nacional, numa avaliação conjunta com as lideranças sindicais, em 29 de abril último. E por um motivo simples: se aplicada com rigor a medida n.º 50, praticamente não haverá mais greves no país.

A dificuldade, maior, no entender da CUT, nem será reunir um terço da categoria em assembléia para decidir a greve, como exige a medida. O mais difícil vai ser provar que esse quórum foi atingido. E se não houver provas irrefutáveis, os

grevistas estarão sujeitos às penas estabelecidas na medida provisória (entre elas a prisão pura e simples).

Democracia em risco

A primeira estratégia da CUT contra a restrição do direito de greve vai ser alertar a sociedade e as entidades do movimento social, como a Ordem dos Advogados do Brasil e a Associação Brasileira da Imprensa, do risco que a democracia corre com medidas arbitrárias como esta. Nesse sentido, a CUT também vai pressionar os parlamentares do Congresso Nacional para que rejeitem o mais rápido possível a medida 50, e para que seja aprovada uma me-

didada favorável aos trabalhadores.

E mesmo com a medida n.º 50 em vigor, a CUT se manterá na linha de ação determinada pela Executiva Nacional após a greve geral de 14 e 15 de março. A idéia é manter a mobilização. Isso vai ser facilitado porque cerca de 4 milhões de trabalhadores tem data-base em maio - o que equivale a 27,21% da mão-de-obra ativa do país. A estas categorias se unem as que já estavam paralisadas ou mobilizadas em abril.

Movimento Conjunto

Na realidade, trata-se de uma linha muito clara. As

diversas categorias vão tentar se mobilizar na mesma época. Desta forma, embora sem caracterizar uma greve geral, o movimento chama a atenção da sociedade para as reivindicações trabalhistas. São pequenos movimentos que formam um conjunto mais expressivo.

Também não está descartada uma nova greve geral, dependendo de como serão tratados os pedidos dos trabalhadores. Isso será decidido durante o mês de maio, quando também serão contatados dirigentes da CGT para uma possível ação conjunta. (MD)

Greves derrotam o Plano Verão

Greve nacional dos bancários, greve de metalúrgicos e petroleiros em São Paulo, de professores em vários estados... A lista das paralisações é extensíssima, e não cabe aqui descrever todas.

Importa assinalar que ela dá continuidade à reação dos trabalhadores ao Plano Verão, que tem como marco a greve geral dos dias 14 e 15 de março passados. Reação, por sinal, já vitoriosa em várias categorias: muitos acordos fechados, mesmo não atendendo toda a pauta de reivindicações, contemplaram no mínimo reajustes salariais muito superiores aos limites fixados pelo Plano Verão.

Ao decretar esse pacote econômico, em janeiro passado, o governo contava com a passividade dos trabalhadores para impor um brutal arrocho salarial (perdas de até 50%, dependendo da categoria, segundo cálculos do Dieese). Essa expectativa, na prática, está sendo frustrada com toda essa impressionante mobilização sindical, principalmente nos setores mais organizados. Aos que preferiram aceitar o arrocho, ela também es-

palha um efeito moral importante: fortalece a idéia de que a luta, a combatividade, valem a pena, trazem resultados concretos. E perturba ainda mais a estrutura sindical cupulista e arcaica do país - é o que mostra o recente "racha" da CGT -, aumentando o prestígio da concepção sindical abraçada pela CUT.

* Até o fechamento dessa edição o TST havia declarado legal a greve dos bancários do BB, e, prosseguia a greve dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, em São Paulo. Eles reivindicam 84, 18% de reposição, 15% de aumento real e reajuste mensal de salário. O movimento começou em 12 de abril passado e, num crescendo, atingiu cerca de cem empresas, envolvendo 110 mil trabalhadores.

Conscientes de sua força, os metalúrgicos recusaram a proposta patronal de 45% de reposição, numa assembléia que reuniu 60 mil pessoas. E não se intimidaram com a medida provisória n.º 50 (ver matéria ao lado) e com a decretação da ilegalidade da greve.

No último dia 5 de maio, a polícia do governador Orestes Quércia reprimiu violentamente uma passeata dos trabalhadores. Os policiais dispararam contra os participantes, baleando cinco pessoas.



Greve no ABC: um basta ao arrocho



Roberto Parizotti/Tribuna Metalúrgica

No galope da crise

A crise de hegemonia burguesa é tão aguda que à esquerda resta pouco tempo para acumular forças. Circunstâncias muito peculiares fizeram do PT a chave da solução política do país. Saberemos aproveitá-las?

Bernardo Kucinski*

“Para que uma classe represente o todo social outra classe há de conjurar em si todos os males da sociedade... Para que uma classe seja a libertadora por excelência é essencial que outra se mostre abertamente como classe opressora” (Karl Marx).

“O que foi que aconteceu? Por que será que tudo o que não presta, tudo o que é ruim é identificado com os patrões, com as empresas, e tudo o que é bom e honesto é identificado com a esquerda? Quem faz a pergunta é Afif Domingos. Aconteceu simplesmente o desnudamento de nossa burguesia e sua desqualificação para governar. O fim da tapeação. Os símbolos estão aí: foi a burguesia que matou Chico Mendes, que devastou a Amazônia, que afundou o Bateau Mouche, que afundou o Brasil.

A crise brasileira atingiu uma etapa na qual se desarticulam as principais forças políticas organizadas da burguesia, e o que é mais importante, desaparecem seus valores, os sonhos, as promessas, enfim todo o conjunto de crenças e normas que propiciam o domínio consentido da maioria por uma minoria.

Sobrou o PT, que nasceu e cresceu na marginalidade do sistema burguês. O PT se propagou por canais próprios, colado às lutas populares, boicotado pelos veículos burgueses que ainda hoje tentam conferir uma sobrevida às suas promessas. Por isso o PT se tornou forte, e cresce a cada nova frente de luta popular.

Contra-hegemonia

Mas em novembro do ano passado o PT foi atropelado pela história. Foi apropriado também pelo eleitor não militante, como única esperança de novos valores e de uma nova moralidade política. Ao mesmo tempo os grandes sindicatos e associações profissionais, no exercício cotidiano de suas reivindicações, consolidaram-se como força de resistência ao arbítrio da burguesia.

Assim se construiu uma contra-hegemonia popular sob clara liderança petista. E chegamos a uma situação curiosa. Um poder burguês sem hegemonia clara mas que continua poder. E um potencial de hegemonia que ainda não chegou ao poder. É es-

ta a característica central do estágio atual da crise brasileira. E na sua base estão a agressão imperialista via dívida externa, a superexploração dos trabalhadores, o assalto da burguesia ao Estado, o divórcio entre o sucesso das empresas e a miséria do povo. Um impasse que só se resolve com a ruptura dos modelos de pagamento da dívida e de concentração da renda, sob o comando de uma aliança de forças populares descomprometidas com o grande capital.

Por isso os ideólogos burgueses

rado mais difuso não militante. Se a burguesia conseguir uma vitória, necessariamente artificial, o mais provável é que a crise se torne ainda mais complexa, com falta absoluta de qualquer alternativa, uma espécie de caos político, no qual tudo é possível, inclusive uma crise do próprio PT, e nada é previsível.

Mesmo ideólogos radicais da burguesia realmente existente, como Roberto Campos e Delfim Neto, admitem hoje a lógica de a esquerda chegar ao poder. Cam-

Era previsível que o desgaste imediato, real ou provocado, das prefeituras petistas, especialmente a de São Paulo teriam valor estratégico para a burguesia e que por isso as ações emergenciais dessas prefeituras também teriam que ter valor estratégico. E não tiveram. Enquanto isso, as Forças Armadas, pressionadas pelos grupos oligopolistas, não aceitam a inevitabilidade de uma vitória da esquerda, muito menos a de Lula. Há informações de que já se discutem fórmulas legais de adiamento das eleições, uma es-

Roberto Parizotti/Tribuna Metalúrgica



Os trabalhadores não aceitam mais os “de cima”

(e alguns pensadores marxistas descuidados) referem-se à situação como “a pior crise da história do Brasil”. Claro: do ponto de vista da burguesia não poderia ser pior. Mas do ponto de vista do povo, ao contrário, pela primeira vez coloca-se a alternativa real de um poder popular. Se com todo o drama econômico e social essa alternativa não se colocasse, aí sim estaríamos na pior.

Encruzilhada

A crise de hegemonia é tão aguda que para as esquerdas não se coloca sequer a possibilidade de escolher um momento mais apropriado, de acumular forças. Se a esquerda recusar o poder ou não o obtiver por incompetência política, perderá sua magia, sua credencial de redenção, de alternativa necessária junto ao eleito-

pos diz que é apenas natural “depois de tudo o que aconteceu”, e recomenda que não se dramatize. Delfim vai além e diz que “é melhor cinco anos de PT do que cinco anos de Brizola seguidos por mais cinco de PT”. É como se no seu inconsciente a burguesia já admitisse que é melhor uma vitória precária da esquerda, submetida ao fustigamento permanente, até ser levada ao desgaste, e obrigada a controlar suas bases sindicais e a gerir uma massa falida, do que sua ascensão ao poder, ainda mais forte, daqui há cinco anos.

Golpe branco

Mas as forças associadas da burguesia, os aparelhos de Estado, a grande imprensa, os monopólios e as Forças Armadas, tentam ainda bloquear a esquerda.

pecie de golpe branco, caso a burguesia não consiga se colocar como alternativa eleitoral. Mas essas informações permitem uma segunda leitura: revelam que as Forças Armadas reconhecem a hegemonia popular e portanto impossibilidade do uso da força pura e simples. Mais perigosas são as ações de provocação já em curso, pois poderiam criar uma dinâmica própria. Mas essa dinâmica só pode se alimentar da própria crise, o que nos devolve ao problema original, o vazio de poder, que a esquerda liderada pelo PT precisa ocupar com competência. Por um conjunto raro de circunstâncias o PT hoje detém a chave da solução política do país. A alternativa mais provável ao PT é o caos e a crise do próprio PT.

Os treze pontos do PAG

A Frente Brasil Popular conclui seu Programa Alternativo de Governo (PAG) e o lança ao debate nacional.

Com consciência das dificuldades que se apresentam, com vontade de enfrentar os obstáculos e com confiança na força organizada dos trabalhadores e do povo é que a Frente Brasil Popular, integrada pelo PT, PCdoB, PSB e PV, lança ao debate nacional suas propostas alternativas de governo pelo Brasil que a gente quer.

Ao apresentar à Nação suas propostas e seu candidato à Presidência da República, Lula, a Frente assume o compromisso histórico de lutar pela construção de uma nova sociedade. Uma sociedade livre, justa, democrática, rica, soberana e ecologicamente equilibrada. Nossa proposta e nossa candidatura estão abertas à adesão de todos aqueles que, como nós, desejam criar uma alternativa democrática de governo, uma saída popular para a crise em que banqueiros, multinacionais, grupos monopolistas, latifundiários, em conjunto, enredaram o povo e afundaram o país.

Apresentamos aqui os treze pontos que sintetizam o Programa Alternativo de Governo (PAG) da Frente:

Democratização do Estado

A Frente se compromete a estimular a mais ampla participação popular nas decisões do governo; a promover a plena soberania do poder civil, extinguindo a tutela militar; a aperfeiçoar a democracia eleitoral e o sistema de representação parlamentar; a respeitar a liberdade sindical e o direito de greve; a democratizar o Judiciário e os meios de comunicação de massa; a garantir o pleno exercício dos direitos e da cidadania; a combater todas as formas de arbítrio; a estimular a organização do poder popular, abrindo campo para a auto-organização dos trabalhadores e ampliando os mecanismos de controle e fiscalização sobre o aparato administrativo do Estado e sobre a produção.

Distribuição de renda

Política prioritária do governo da Frente será a distribuição da renda através de medidas de elevação gradual, efetiva e permanente do salário mínimo real; de uma política salarial que assegure aumento real de salários e reposição do poder aquisitivo; combate à rotatividade; tributação direta progressiva sobre os altos rendimentos e ganhos de capital; rigoroso controle de preços (para que os salários não sejam corroídos pela inflação) e ampliação das políticas sociais de educação, saúde, transporte, habitação e saneamento.

Dívida externa

Por considerar que a dívida

externa do Brasil e dos países do Terceiro Mundo, além de ilegítima e impagável, é o principal fator de estrangulamento de nossas economias, o governo da Frente romperá os acordos com o FMI, suspenderá imediatamente os pagamentos referentes à dívida, instaurará uma auditoria para verificação da legitimidade dos débitos e promoverá uma conferência dos países devedores para a adoção de uma estratégia comum de atuação.

Reforma Agrária

O governo da Frente se dispõe a implementar um plano antilatifundiário e comprometido com a reforma agrária e a mudar o atual modelo de produção agrícola, assentado no latifúndio, nas grandes extensões de monoculturas e nos agrotóxicos. Promoverá uma reforma agrária através da desapropriação de imóveis rurais improdutivos, da arrecadação sem indenização das terras tomadas por grilagem e desapropriação de terras envolvidas em conflitos. O governo da Frente também desenvolverá um novo modelo agrícola baseado na policultura, no reflorestamento e no combate biológico às pragas. A nova política atenderá preferencialmente aos pequenos produtores, apoiando-os com assistência técnica, linhas de crédito especiais, garantia de preços mínimos remuneradores e infraestrutura para transporte, armazenamento, escoamento e comercialização da produção.

Desprivatizar o Estado

O governo da Frente imprimirá uma nova orientação ao setor público e adotará medidas para retirar o controle do aparelho estatal dos grandes grupos econômicos. Colocará os serviços públicos e os objetivos do setor produtivo estatal a serviço dos trabalhadores e da maioria da população. Desmontará as máquinas de corrupção e cuidará para que o Estado recupere seu poder de planejamento, de promotor do desenvolvimento econômico

em setores estratégicos. Na mesma linha, reverá profundamente todo o sistema de subsídios e isenções ao setor privado. Eliminará o cartorialismo e extinguirá a regulamentação abusiva que sufoca a pequena empresa.

O governo da Frente valorizará o servidor público que trabalha; realizará uma reforma administrativa que fixará tetos para os salários do setor público; realocará funcionários e não permitirá admissões sem concurso. Punirá com cadeia os "crimes de colarinho branco".

Combater a especulação

O governo da Frente agirá para enquadrar o sistema financeiro especulativo e parasitário através dos mecanismos legais já disponíveis no Banco Central, recorrendo a variadas formas de intervenção e até à estatização de bancos se necessário. Ampliará a ação dos bancos estatais, estimulando, a criação de bancos regionais. Terá como prioridade a redução da taxa de juros, o financiamento dos investimentos produtivos e dos objetivos da política econômica e social do novo governo.

Para reduzir a dívida pública interna, o governo da Frente não permitirá grandes empresas rentistas lucrando na cira da financeira e direcionará investimentos para o setor produtivo. Combaterá drasticamente todas as formas de sonegação e evasão fiscal.

Capital estrangeiro

A presença de capital estrangeiro nas atividades produtivas deve subordinar-se às prioridades de política econômica nacional. Será mantida a distinção entre empresas nacionais e estrangeiras para fins de acesso a fundos públicos e atuação em áreas estratégicas. Os setores dominados por grupos monopolistas receberão tratamento específico em termos de controle de preços, de política industrial e de proteção a consu-

midores e fornecedores. O novo governo adotará rígidas medidas para conter a fuga de capitais, especialmente remessas de lucros disfarçadas.

Subordinação militar

O governo da Frente subordinará as Forças Armadas ao poder civil, representado pela Presidência da República, pelo Congresso Nacional e pelo Supremo Tribunal Federal. Extinguirá o SNI como órgão de espionagem política e estenderá direitos de cidadão - voto e elegibilidade - aos militares, inclusive marinheiros e soldados. Redirecionará os incentivos agora voltados para o complexo industrial-militar para as áreas sociais e setores economicamente prioritários.

Salvar a Amazônia

Revisão global do modelo de desenvolvimento adotado na Amazônia, que tem sido responsável pela destruição da floresta, pelo desmatamento em larga escala, por mudanças irreversíveis no ecossistema, pela violência, mortes e prejuízos significativos às populações locais e povos indígenas. O governo da Frente assegurará a plena soberania do país na região e determinará as iniciativas e investimentos úteis à implantação de um novo modelo não predatório e que respeite os povos da floresta. Criará reservas extrativistas, instituirá nova política mineral, energética e madeireira na região, garantindo o domínio territorial, cultural e de tradição das nações indígenas e seus territórios demarcados.

Política Energética

A Frente se orientará por uma política energética alternativa, que leve em conta as necessidades de desenvolvimento nacional, a preservação da segurança e a qualidade de vida dos brasileiros. Se oporá frontalmente a qualquer projeto de utilização de energia nuclear para fins militares. Para resolver o problema de deman-

da e geração de energia hidrelétrica irá refazer o plano 2010 da Eletrobrás, abrindo um fórum para discutir as hidrelétricas na Amazônia. Promoverá o aproveitamento de fontes alternativas e executará um rigoroso programa de conservação de energia.

Reforma Urbana

O governo da Frente priorizará a melhoria da qualidade da vida urbana, hoje submetida à escassez de habitações, precariedade de transportes e expansão das favelas. Investirá maciçamente na construção de conjuntos e casas populares e no saneamento básico, redirecionando para esta finalidade os recursos do FGTS. Combaterá a especulação e a grilagem do solo urbano. Perseguirá também a desconcentração geográfica da riqueza e da produção, valorizando as cidades pequenas e médias, com investimentos em infra-estrutura e geração de empregos, providências básicas para conter a metropolização predatória das grandes cidades.

Política externa

O governo da Frente conduzirá suas iniciativas no plano internacional de acordo com uma política externa independente e soberana pautada pelos princípios de autodeterminação dos povos, não-ingerência em assuntos internos de outros países e pelo estabelecimento de relações com governos e nações em busca da cooperação à base da plena igualdade de direitos e benefícios mútuos. Se empenhará pela aplicação de uma política de integração econômica e cultural no âmbito da América Latina. Fará valer a importância da nação brasileira no cenário internacional. Prestará solidariedade às lutas em defesa da autodeterminação e da soberania nacional a todos os movimentos em favor da democracia e do progresso social.

Direitos dos trabalhadores

O governo da Frente reafirmará seu compromisso fundamental com a classe trabalhadora, o que se expressa em seu programa e guiará sua ação. O governo da Frente defenderá a liberdade de organização sindical, a autonomia das organizações de massa dos operários e camponeses. Defenderá o direito de greve, cabendo aos próprios trabalhadores decidir quando exercê-lo.

Somente um governo em que os trabalhadores sejam reconhecidos nos seus direitos de participantes das decisões nacionais será um governo capaz de enfrentar os problemas sociais fundamentais e lutar contra as desigualdades, a exploração e a miséria.



O candidato presidencial do PT fala com grevistas da Metal Leve (SP)

Economia

Um ano gordo para as empresas

Em 1988, a queda acentuada da produção industrial, não impediu que 117 das maiores empresas do país dobrassem seus lucros. Veja por quê.

Magda David *

O ano passado foi muito peculiar para a economia brasileira. A produção industrial teve uma queda superior a 3% no Estado de São Paulo (dado Fiesp) e o PIB decresceu 0,3% (dado IBGE). Apesar disso, a lucratividade das empresas cresceu, e muito.

Num estudo feito pela Mellinger e Almeida Prado Consultores Associados, sobre 117 empresas de capital aberto (que têm ações em bolsas de valores), o lucro líquido cresceu 113,7%. É certo que algumas empresas tiveram prejuízo, mas tirando pela média elas foram muito bem. É o que também demonstra a rentabilidade sobre o patrimônio, que ficou em 10,4% em 1988, contra 5% de 1987!

Causas

Analistas apontam quatro motivos básicos para esse desempenho, num ano tão desfavorável: aumento das exportações, aumento da margem de lucro no mercado interno (por conta do arrocho salarial), baixo endividamento e aplicações na ciranda financeira. Desses motivos, os dois últimos são especialmente escandalosos. As empresas analisadas na pesquisa estão muito capitalizadas (têm muito dinheiro em mãos). A maioria só contrai empréstimos dos órgãos oficiais, como BNDES, onde conseguem garantir juros de 12% ao ano, mais IPC (inflação oficial), o que está abaixo dos juros de mercado.

O excesso que estas empresas têm na mão foi girar na ciranda financeira. Jorge Mellinger, da Mellinger e Almeida Prado, tem uma explicação: o empresariado tem medo de investir, sem saber qual a política econômica que o governo vai adotar, ou qual será a linha do próximo governo. E por isso o dinheiro não vai para a produção, mas para os bancos.

Um exemplo claro disso pode ser dado pelo desempenho do grupo Votorantim, o maior conglomerado

de indústrias privadas do país e com capital nacional (mas não tem ações em bolsas). A expansão real do lucro líquido do grupo foi de 60,7% (já descontada a inflação). O mais grave é que a principal contribuição para esse desempenho foram as aplicações financeiras em 1988, as receitas financeiras líquidas do grupo Votorantim cresceram 187% em termos reais, ficando em mais de 260 milhões de cruzados. Acima, portanto, do próprio lucro líquido, que ficou em cerca de 180 milhões de cruzados.

Se esta é a realidade das empresas, a mesma sorte não atingiu os trabalhadores. Dados do Dieese, para a grande São Paulo, mostram que em relação à média de 1986, em 1988 os rendimentos dos ocupados (formal e informalmente) teve perdas de 30,7%. Já os formalmente assalariados tiveram perdas respectivas em relação a 1986 de 27,9%. E o nível de ocupação, embora tenha crescido 5,6% nos diversos setores, está longe de acompanhar os lucros das empresas.

País de miseráveis

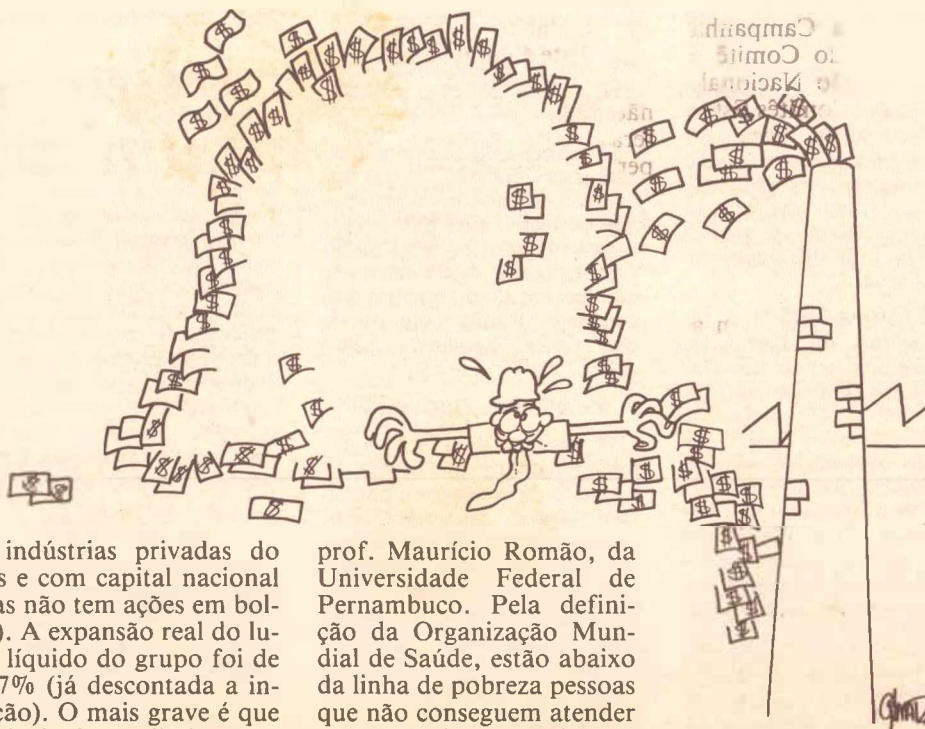
Se os dados do Dieese são desanimadores, a pobreza do povo brasileiro é ainda mais. Enquanto as empresas têm polpidos lucros, e o Brasil já se coloca como a sétima economia do mundo ocidental, 49,2% das famílias brasileiras estão abaixo da linha de pobreza, segundo pesquisa recente do

prof. Maurício Romão, da Universidade Federal de Pernambuco. Pela definição da Organização Mundial de Saúde, estão abaixo da linha de pobreza pessoas que não conseguem atender suas necessidades básicas de alimentação, transporte, educação, saúde e habitação. São pessoas que recebem até 0,88% do salário mínimo.

Já pessoas que recebem até 0,53% de um salário mínimo encontram-se abaixo

da chamada linha de indigência. São nada menos que 32% das famílias brasileiras (38 milhões de habitantes) que não conseguem matar a fome.

As conclusões desse estudo são baseadas nos levan-



tamentos do IBGE de 1986. E não se trata de um estudo isolado e alarmista. Basta ver o estudo do livro **Brasil - Reforma ou Caos** (Editora Paz e Terra, 1989), que tem como um dos autores o insuspeito Hélio Jaguaribe. Segundo o livro, os 50% mais pobres do país dividem 13,6% da renda do Brasil. O 1% mais rico detém quase a mesma coisa (13,13%) da renda.

Outros dados podem ajudar a colorir esse retrato do Brasil: 20% da população é absolutamente analfabeta; mais de 50% não têm energia elétrica em casa; 71% não têm canalização interna de água; 65% não tem filtro e 79% não tem geladeira. Os exemplos poderiam se multiplicar, mas já é o suficiente para mostrar que o futuro já está comprometido, a menos que este quadro se altere radicalmente. O bolo precisa crescer para ser dividido, dizia o então ministro Delfim Netto. Mas ninguém colocou fermento na renda de pelo menos metade dos brasileiros.

* Jornalista

TROQUE SEU VÍCIO ANTIGO POR UM MUITO MELHOR

Deixando de lado a cervejinha, o café, ou o cigarro, por um dia apenas, você economizará o bastante para colaborar na campanha do tijolinho. Basta pegar um talão no seu diretório e ajudar a obter recursos para a campanha do PT à Presidência da República.

Faça como o Lula,

VICIE-SE EM ELEIÇÃO

P.S.: Se você ainda não tem nenhum vício, alegre-se: eleição faz bem para a saúde do trabalhador.

Caso o seu diretório não tenha tijolinhos, ou se na sua cidade não tem diretório do PT, escreva para nós: Depto. de Circulação do PT - Av. 11 de Junho, 260 - 04041 - São Paulo - SP

Campanha Lula

Treze de maio: todos a S. Bernardo

A campanha Lula é lançada oficialmente no Paço Municipal de São Bernardo do Campo, dez anos depois da grande greve de 1979. Caravanas de todo país dirigem-se para lá. Veja como participar.

Mariângela Haswani*

O dia é 13 de maio.

No Paço Municipal de São Bernardo do Campo, barracas, show, o ato político. Um companheiro comenta, lembrando os atos de prestação de contas das prefeituras do PT: "Há um consentimento surdo, um apoio silencioso da população. Não procuram mais a festa. Estão na Praça porque acreditam na mudança."

É a primeira vez que um líder operário chega, com chances de vitória, à rampa do Palácio do Planalto, num país recordista em desigualdade e injustiça social.

Está lançada a candidatura Lula. Apostos, as equipes do PSB, PC do B e PV que reforçam nossas fileiras na Frente Brasil Popular.

É hora de aquecer os motores.

As chances existem, estão aí. Agora, depende de nós.

A Campanha Presidencial Lula 89 está estruturada em nível nacional. Baseada em São Paulo, procura, a partir das decisões da Coordenação Nacional da Frente e de sua Executiva, compor e agilizar a parte operacional do processo, conduzida fundamentalmente pelos Comitês Populares pró-Lula. Estamos na hora certa. Saímos na frente, mas não podemos perder tempo. Nosso partido dará apoio e atenção especial à formação dos Comitês Populares e ao funcionamento e ação da Frente, embora mantenha suas estruturas organizativas e sua atuação independente.

Quem faz o quê

Para que possamos produzir uma campanha sem surpresas ruins, é importante que o PT trabalhe com disciplina, observando instâncias e funções. Pode parecer óbvio dizer isso, mas no calor da Campanha, a experiência mostra que muitas atitudes acabam prejudicando a operação e o ritmo do trabalho. Assim, as orien-

tações sobre a Campanha saem sempre do Comitê e da Coordenação Nacional. Daí, cabe aos Comitês Estaduais irradiá-las para os Comitês Municipais. A estes fica a tarefa principal de mobilização da militância, dos simpatizantes do Partido e dos setores da sociedade que apoiam nossa proposta à presidência, com a formação dos Comitês Populares Pró-Lula.

Em cada Comitê, é importante que as pessoas tenham funções bem definidas, para que ninguém fique sobrecarregado e, ainda, para facilitar a participação nas instâncias de Frente e o contato com as instâncias Estadual e Nacional do partido. Pode-se até adotar observando as necessárias adaptações locais, o modelo em implantação no Comitê Nacional e em alguns Estaduais.

Neste momento, no Comitê Nacional encontram-se em funcionamento a Coordenação Nacional, Comissão de Finanças, Comissão de Organização e Apoio (mobilização), Comissão de Imprensa, Comissão de Propaganda, Comissões Especiais (Sindicais, Juventude, Cultura, Intelectuais, Economistas etc.).

Como participar

Para orientação dos interessados em particular da Campanha, o Comitê Nacional tem produzido alguns materiais de apoio:

- para informação da militância sobre as decisões do Comitê Político e do Diretório Nacional, é publicado, periodicamente, um Boletim de Coordenação. Sua remessa é sempre feita para os Comitês Estaduais para redistribuição aos Comitês Municipais.

- Além disso, os Diretórios do Partido continuam recebendo outras orientações diretas ou indiretamente ligadas à Campanha.

- O Jornal da Campanha é outra publicação devendo ficar sob responsabilidade da Executiva de Frente. O número zero, adotado pelo Comitê Nacional do PT, es-

tá circulando por todo o país. Este é um instrumento para trabalho de massa, não só restrito à militância e terá, nesta primeira fase, periodicidade mensal.

- Outro material de apoio é um livreto contendo a resolução do Diretório Nacional de dezembro de 88 que dá o traçado global da Campanha, com uma abordagem conjuntural, a definição de estratégia da Campanha e tem, como anexo, uma biografia de Lula. Este material está sendo vendido a NCz\$ 1,00 aos Comitês Estaduais que devem repassá-lo aos Municipais.

- Cartazes para divulgação da conta 13.000-001, com duas versões, também estão sendo enviados aos Comitês Estaduais.

Materiais promocionais, que tradicionalmente utilizamos nas campanhas do PT, como as camisetas, os bótons, os adesivos para carro, estão sendo colocados à disposição da militância e desempenhando papel importante na propaganda e na obtenção de recursos financeiros. Após o lançamento da candidatura, no dia 13, os Comitês Estaduais receberão um pequeno catálogo contendo o mostruário das peças disponíveis, com seus preços e especificações. Mas, além disso, as iniciativas locais são bem-vindas. Muitos companheiros têm criado formas alternativas de propaganda, como mini outdoors feitos com placas de compensado. Cabe à Coordenação Nacional solicitar essas iniciativas e dar o apoio necessário à sua execução, sob forma de artes finais, de fotos ampliadas e outros subsídios que tenhamos facilidade de para distribuir.

O importante, agora, é colocar tudo isso em função de jogar a campanha na rua, realizar atos maços, criar um irresistível e maço movimento pela candidatura Lula. Só assim, depois de 1989 o Brasil não será mais o mesmo.

* Coordenadora de produção do Comitê Lula

Um encontro com sindicalistas

Nosso candidato à Presidência da República, Luis Inácio Lula da Silva, no lançamento de sua campanha no Rio de Janeiro, dia 7 de abril, no auditório da Associação Brasileira de Imprensa, foi recebido por mais de mil sindicalistas. Presentes os presidentes da CUT Nacional e RJ, Jair Meneguelli e Carlos Santana; da Corrente Sindical Classista, Sergio Barroso, Roberto Chabo, do PSB e da Federação Nacional dos Médicos, entre outros.

Em seguida, Lula, com uma agenda lotada, reuniu-se com o Presidente da ABI, Barbosa Lima Sobrinho, gravou programa de TV, visitou a redação de O Dia, e participou da festa de aniversário do Sindicato dos Metalúrgicos. Como ninguém é de ferro e fazendo jus à fama de bom organizador de festas do PT carioca, Lula foi se descontrair no Circo Voador. Aclamado por mais de cinco mil pessoas, lembrou a importância de "se fazer política com prazer".

Contrato Coletivo

"O PT não vai governar só para a classe trabalhadora, mas para os empresários também. Mas eles precisam compreender que os movimentos reivindicatórios são a única coisa que pode sustentar a democracia nesse país e garantir o processo eleitoral", afirmou Lula em coletiva à imprensa.

Lula expressou sua indignação com o fato de que o governo, ao adotar medidas econômicas, não leva em consideração sequer a existência da classe trabalhadora.

"Em nosso governo, vamos tratar desse problema envolvendo os dirigentes sindicais nas deliberações da política econômica."

E foi incisivo: "Defendemos a aprovação de uma legislação salarial que dê aos trabalhadores um contrato coletivo e liberdade de organização, sentando na mesa de negociações em igualdade de condições. Hoje, o empresariado vem negociar tendo a seu lado a justiça, a polícia e o Estado."

Pressionado pela imprensa sobre a posição do PT frente às greves nos transportes coletivos, Lula destacou que ninguém pode ser categoria essencial com salários baixos. "O mesmo cidadão que afirma hoje ser uma irresponsabilidade o ferroviário não sair com um trem na hora do rush vai dizer que foi irresponsabilidade do maquinista andar com um trem sem condições depois de um desastre", afirmou Lula, lembrando: "Os trabalhadores não fazem greve por luxo, mas por necessidade".

Respondendo às críticas que Leonel Brizola vem fazendo ao PT, Lula manifestou, ironicamente, seu espanto com as acusações que o engenheiro gaúcho vem dirigindo à CUT e à igreja progressista. "Brizola não é nosso adversário principal, mas a direita. Sua postura atual de priorizar as críticas aos petistas significa ou que ele está apavorado com o crescimento de nosso partido ou pretende fazer aliança com a direita", concluiu.

(Ana Maria Palma/
Ruth Martins)

Conjuntura

“Vamos ter de im

O professor Raymundo Faoro concedeu, no Rio de Janeiro, uma entrevista à *Ordem dos Advogados do Brasil* falou do momento político

BN - Professor Faoro, qual a avaliação que o senhor faz a respeito dos acontecimentos posteriores à decretação do Plano Verão?

Raimundo Faoro - Nós saímos de um momento em que o consenso aparente era de que a explosão estava para se dar, com a hiperinflação, o descrédito da moeda e todas as suas conseqüências. O que me parece é que o governo, mais uma vez, está tentando reprimir sem suprimir. Isto é, ele não tem outro jeito, pois as causas dessa situação são estruturais. A hiperinflação resulta do próprio sistema de governo, da gestão dos negócios públicos, da organização do capital. Três planos sucessivos nada mais conseguiram além de adiar os problemas, sendo que este último, inclusive, é o que tem tido menos sucesso. A inflação já está voltando, ao nível confessado dos 7%, para o mês de abril, e a um nível de custo de vida cujos medidores variam de instituto para instituto, mesmo entre os intitutos oficiais.

BN - Mas, então, a situação permanece explosiva?

RF - É. A qualquer momento, a situação econômica que se reflete na inflação pode explodir, ou incendiar-se. O plano Funaro explodiu. O plano Bresser morreu por combustão. Este aí está caminhando para a combustão que, no máximo em dois ou três meses, mas certamente antes das eleições, levará à explosão.

BN - E quais as conseqüências políticas dessa explosão?

RF - Eu tenho muito receio, pela experiência histórica, inclusive de outros países, que esse regime de inflação descontrolada, depois de produzir uma flexão da classe operária e da esquerda, uma mobilização social muito grande, acabe por conduzir a um risco também muito sério para as instituições democráticas, trazido pela direita. Quer dizer, mais uma vez a direita pode tentar organizar um processo autoritário.

BN - Um retorno à ditadura?

RF - Um processo autoritário

pode seguir diversos modelos, muito diferentes dos modelos de 37, 64 ou 68. Nos costumamos dizer que a direita é burra, que ela não tem imaginação, mas a verdade histórica é que temos perdido todas... Na verdade a direita é muito criativa, possui recursos muito maiores do que se gostaria de admitir.

BN - Mas a direita, pelo menos aparentemente, está desarvorada...

RF - É, mais ou menos. Mas o segundo tempo desse jogo pode muito bem ser deles, e não nosso. De fato, os conservadores e a direita estão, aparentemente, desarvorados. Todo o debate político mais importante parece estar sendo travado à esquerda. Mas isso pode não passar de um simples refluxo, para uma rearticulação de forças deles, para que depois venham a lançar mão de processos que não estão disponíveis para a esquerda ou para a mobilização operária. Por exemplo: todo o aparato estatal e militar não é disponível para a esquerda, mas é disponível para eles. Com a mídia acontece a mesma coisa. O que eu receio é que mesmo não interrompendo o processo constitucional, ou a marcha para as eleições, a direita e os conservadores possam comprimir o seu curso, através dos mecanismos que citei, visando fins ilegítimos.

BN - E como isso se daria, de forma mais específica?

RF - Acho que a Constituição, da forma como foi feita, deixou todo o debate regulamentar e judicial para um segundo tempo. Há muita coisa que foi escrita deixando a cargo de um juiz deliberações fundamentais. Ora, os juízes saem da organização judiciária do Código de 1939, de inspiração fascista, para o Código de 1973, que é o Código Buzaid. Não se pode nem contar com um juiz neutro. O juiz é representante do Estado. No que diz respeito ao processo eleitoral, o fator de compressão poderia ser a propaganda eleitoral, com recursos além dos que a esquerda tem a seu alcance.

BN - E quanto a outras formas de compressão mais contundentes?

RF - A gente viu que em matéria de greve já começou uma repressão muito maior de todos aqueles movimentos que significam reivindicações populares. Tragicamente, até. (Raimundo Faoro deu esta entrevista uma semana antes da ordem de demissão de funcionários do Banco do Brasil, da tentativa do governo de regulamentar de forma inconstitucional o direito de greve e do atentado de Volta Redonda. Nós estamos começando a achar até natural, depois de Volta Redonda (aqui Faoro se refere à morte dos três operários, em choques com o Exército e a Polícia Militar, e não à explosão que destruiu o monumento em sua memória), que a polícia e o Exército apareçam para reprimir, como na Rede Ferroviária. É a velha história: os conservadores e a direita não admitem discutir em termos de classe. Na sua ótica, quem parou os trens foi a CUT, e não os ferroviários. Foram os agitadores infiltrados. Eles cultivam esse mito da conciliação, da bondade e da paciência do povo brasileiro, o que facilita muito a cooptação da classe média.

As eleições presidenciais

BN - Não existe uma alternativa?

RF - Bem, se houvesse mais homogeneidade entre os grupos de oposição de esquerda, operários e de classe média, sim. Mas o próprio processo visando as eleições de novembro está demonstrando que tal homogeneidade não existe. Os contrastes estão se tornando agudos. E por aí, a votação em dois turnos pode se converter numa armadilha. Chegaríamos ao segundo turno já sem candidato. A estratégia que nos opõe aos conservadores e à direita é tomar o primeiro turno, de forma que no segundo a opção se faça de acordo com conveniências, conchavos ou outro qualquer tipo de enten-

dimento. O que eles pretendem é nos alijar do segundo turno. Nós corremos o risco de ficarmos de fora do processo e é um risco bastante concreto, a meu ver.

BN - O senhor acha que a atitude do Brizola é sintomática disso aí?

RF - Sem dúvida. O PDT já percebeu que o jogo é este e, em lugar de persistir na sua orientação original, de procurar o entendimento com homogêneos, saiu do quadro da esquerda e caminha para a direita, ou para o centro... no Brasil, quando se fala em centro, em geral, é direita. Se você comparar com a direita européia, o nosso centro corresponde à direita ou à extrema-direita.

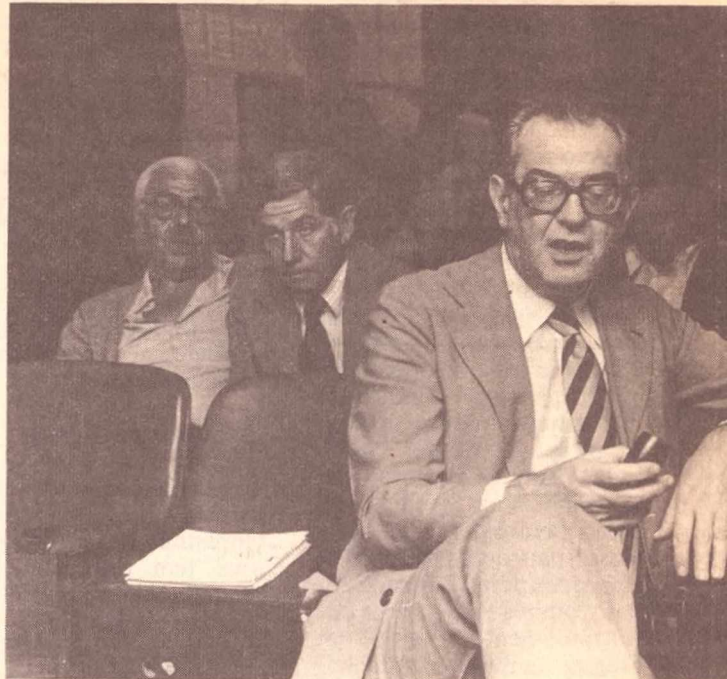
são de achar que a direita está sem candidato, que o centro está desarticulado, isso pode resultar num dissabor muito grande.

BN - Mas, nas eleições municipais, a direita foi envolvida.

RF - Certo. Mas foi uma eleição realizada nas capitais. E com um turno só. Foi uma eleição diferente, setorizada. A televisão abrangia pequenas áreas e seu peso se diluiu muito. A tendência que as próximas eleições vão manifestar pode ser inteiramente outra. E esta é uma eleição-chave.

Os partidos

BN - Voltando à avaliação dos partidos, e o PMDB?



Faoro: o mito da conciliação é usado para cooptar a classe média

BN - As chances da esquerda são pequenas, então?

RF - Existiria talvez a possibilidade da esquerda alcançar maior êxito no seu projeto não estivesse em curso um projeto mais sólido, da própria direita, estimulado inclusive pela saída do PDT do seu campo original - o que eu considero irremediável. O setor popular caminha inexoravelmente para o isolamento, para ser alijado do turno decisivo do processo eleitoral. Aquela nossa euforia, a ilu-

RF - Aparentemente, é o caos completo. O partido caminha para sacrificar todos os seus mitos. Agora, nada está a dizer que ele não tenha condições de se reorganizar como aquela frente conservadora que sempre foi, desde 64. No PMDB, abstraindo as dissidências do PDS, que aderiram recentemente, os chamados "históricos" jamais tiveram um projeto reformista de fundo. Tiveram um projeto político de reconstituição liberal do Esta-

Improvisar o diabo''

Reportagem exclusiva ao jornalista Marcos Aarão Reis. Nela, o ex-presidente da Câmara Municipal de Alagoas, das próximas eleições e do PT. Veja aqui suas opiniões.

do. Quanto à democracia social eles não apresentam, nem na Constituinte nem na Constituição, nem na sua rotina política, nada de consistente. A vitória do PMDB nada mais representaria que um governo Sarney mais inteligente, mais sensível com a opinião pública, porém dentro das mesmas limitações. O PMDB supera as deficiências pessoais do Sarney, que são imensas, mas não supera as contradições do seu estilo de governo.

BN - Mas se a candidatura de Ulysses não pode aspirar à vitória, ela favorece a quem?

RF - Com Ulysses candidato, o partido perde setores substanciais. A perspectiva é favorável a Brizola. Mas isso

Nair Benedicto/Agência F4



não quer dizer que a ruptura das limitações do PMDB favoreça o PDT, nem o PSDB.

BN - Mas Mário Covas não é um candidato de esquerda?

RF - Sem dúvida. O PSDB é um partido mais arrumadinho, com uma proposta modernizante, mais evoluída em termos de social-democracia, só que colocada para um país que não existe. O Brasil tem favelas, analfabetos, diferenças de renda chocantes, uma

população carente de habitação, nas cidades, e terras, no campo; somos uma sociedade firmada sobre conceitos de propriedade datados do século XIX! O PSDB fala para 5% desta sociedade, contra uma sociedade de 95%! Uma sociedade viável e justa vai exigir a participação desses 95% no processo social e econômico, e a proposta social-democrática não responde às questões colocadas a partir do fato de que um quarto da mão-de-obra, sem carteira assinada, simplesmente está fora da Constituição.

BN - Mas esta também é a proposta do PDT.

RF - O PDT tem uma proposta móvel, que já foi uma coisa e hoje é outra. A escala de variação depende da tática eleitoral. E isso é tão vertiginoso que se você me perguntar qual é a proposta eu vou dizer, sinceramente, não sei. Não sei se alguém saberá...

BN - Resumindo, professor, quais propostas estão colocadas, concretamente, então?

RF - Na verdade, você só tem duas propostas. Uma de centro-direita, que é do PMDB-PFL, e outra reformista, do PT. Personagens como o Collor e o Caiado podem ter desempenhos extraordinários na televisão, mas isso acontece em virtude do vácuo da direita, ainda indefinida, e nesse vácuo vale tudo para efeito de pesquisa. Todavia, seus discursos são totalmente vazios. A decisão eleitoral se dá por outras motivações, além do moralismo. O Covas poderia, talvez, se beneficiar um pouco com essas dificuldades, no campo da direita, ou centro-direita, capitalizando as dissidências que ainda possam ocorrer nesse campo. Menos em termos de lideranças e mais em termos de eleitores, pois é claro que ninguém vai votar em Dr. Ulysses... isso me parece axiomático. E a candidatura Freire, do PCB, está posta para uns poucos por cento. Talvez ele seja o candidato mais exposto a concretizar aquilo que eu chamei de risco do segundo turno,

seus poucos votos podem ser os que faltarão a Lula para alcançar o segundo turno. Já o Brizola escaparia ao risco, menos graças ao seu partido, mas em virtude de sua versatilidade tática, que pode lhe garantir mais apoio pelas alianças que pelo PDT. É um paradoxo, mas é o que está se delineando. Brizola pode tornar-se um catalizador de votos, caso o centro, a direita, não encontrarem um candidato mais viável para com ele estabelecer negociações, alguém mais confiável.

Rumos do PT

BN - Como será o desempenho do PT nas próximas eleições?

RF - Acho que o PT deverá apresentar resultados que tenham continuidade com os das eleições municipais. Sua dificuldade, hoje, é convencer o eleitor de que as opções municipais terão correlato na eleição presidencial. O risco do PT é um certo amedrontamento da classe média com a possibilidade de seu êxito. Mas é o único partido que tem um projeto comprometido com esta sociedade dilacerada que é o Brasil. O eleitorado, em épocas passadas, com o PMDB, deu uma resposta à contradição entre autoritarismo e liberalismo. A resposta a favor de reformas sociais e econômicas numa sociedade mais igual, pela primeira vez, no Brasil, está sendo dada pelo PT. E eu estou convicto de que sem esta resposta o país é inviável. Por isso o PT tem de entrar na eleição pra ganhar. Mas se não der ele continua. É o único partido com esta vantagem.

BN - O senhor acha que talvez ainda seja cedo para o PT chegar ao poder?

RF - Eu acho que esta eleição não é fundamental para o PT. Ela não repercute sobre sua estrutura ou sobre o seu perfil. Será importante não subestimar o que virá sobre o PT daqui por diante. No momento em que o grupo dominante se der perfeitamente conta de que o PT tem esta

proposta que sensibiliza, aí o partido passará a ser alvo de toda espécie de discriminações e violências. Vai ser o culpado pelo sol e pela chuva. O PT vai se tornar responsável por tudo. Mas isso não é negativo. A luta política leva a isso e é com isso que o PT crescerá mais ainda. É claro que sob circunstâncias, sob certo ponto de vista, muito adversas. Em certo momento, o PT vai representar uma opção: serão eles ou nós. Por enquanto esse momento, na minha opinião, ainda não chegou. Por isso eu acho que - já disse isso - se

o PT chegar ao segundo turno, será um feito. Se ganhar, será fantástico! Vai significar que 95% da população brasileira está muito mais consciente do que parece. Eu fico pensando que dentro de pouco mais de seis meses nós poderemos estar diante da vitória do PT. Estaremos diante de um enigma, ou como diria Churchill, uma charada dentro de um enigma. É uma reflexão que não estamos ainda preparados para fazer. Me parece que só acontecerá se houver um milagre. Aí nós vamos ter de improvisar o diabo.

A farsa Collor

Precisamos urgentemente desmascarar a farsa Collor espalhada por este Brasil. Nós, alagoanos, sabemos muito bem qual a verdadeira moralização existente hoje em Alagoas. Os marajás continuam recebendo como antes, os funcionários fantasmas continuam existindo, enquanto setecentos funcionários públicos (número aproximado) ficaram em disponibilidade ou demitidos sem nenhuma explicação, pois os chamados "ociosos" atingidos foram aqueles que estavam trabalhando normalmente, chegando a haver demissões de pessoas que estavam há 17 e 18 ou mais anos de atividade profissional.

A moralização Collor também pode ser vista na defasagem dos salários dos servidores públicos do Estado, quando os trabalhadores da educação estão com três anos sem aumento real de salário e com um congelamento salarial de seis meses. Os gatilhos de 1987 não foram incorporados nos salários dos professores e demais trabalhadores da área de

educação, nem foi cumprida a trimestralidade que ficou assegurada pelas negociações da última greve de 1988. Em virtude deste descaso em que está colocada a educação em Alagoas, os trabalhadores da educação estão em greve desde o dia onze deste mês (abril) e até hoje não foram nem recebidos pelo governo para negociação.

Ao lado desta "moralização" do Collor de Mello está a "Simplicidade e Trabalho" de Arapiraca, que tem à frente um representante da UDR, eleito para prefeito deste município nas últimas eleições municipais pelo PMDB e que é hoje do PRN do Collor. Seguindo a trilha do governador de Alagoas, o referido prefeito, José Alexandre, dono do grupo Coringa de Arapiraca e de latifúndios no Maranhão e Pará, resolveu também moralizar o serviço público de Arapiraca, demitindo de uma só vez 398 servidores.

(Diretório Municipal de Arapiraca/AL)

(Diretório Municipal do PT de Arapiraca/AL)

A lógica da desinformação

O número de golpes baixos da grande imprensa contra as prefeituras petistas é proporcional ao crescimento da candidatura Lula.

O momento político eleitoral está intensificando o bombardeio dos grandes veículos de comunicação contra as administrações petistas. E esta verdadeira "guerra de (des) informação" - na qual vale tudo, principalmente golpes baixos - é proporcional ao crescimento da candidatura presidencial do Lula.

A opinião é do secretário de Imprensa da Prefeitura de São Paulo, Perseu Abramo, que fez ao BN uma análise do relacionamento do PT com os meios de comunicação de massa.

Perseu não se surpreende com os ataques constantes desferidos contra as prefeituras petistas. "Surpreendente seria se fosse o contrário", diz. "Por isso não vou ficar aqui lamentando moralmente esse comportamento, como se não estivéssemos conscientes da sua natureza política".

Segundo o secretário municipal, embora a candidatura Lula tenha uma capacidade própria para deslanchar independente das prefeituras, a grande imprensa sabe que o desempenho des-

tas (principalmente a de São Paulo) pode afetar a candidatura petista "para o bem ou para o mal". "Assim, o fato de o Lula ser o alvo predileto das forças políticas adversárias leva jornais e televisões a tentarem criar uma imagem negativa das administrações dirigidas pelo PT".

Dois pesos...

Perseu também contabiliza em sua análise as características do (mau) jornalismo que se pratica no Brasil. "Reconheço que existem exceções" diz, "mas em geral a imprensa brasileira só faz desinformar o cidadão". E cita alguns exemplos:

"Quando a administração de Luiza Erundina completou cem dias, publicamos um extenso relatório comparando as metas estabelecidas para esse período, o que se conseguiu realizar e o que não se realizou (identificando os obstáculos encontrados). Pois bem: eu não vi um órgão da grande

imprensa aproveitar a avalanche de informações fornecidas para que fossem tratadas jornalisticamente, mesmo que para questionar as metas da Prefeitura".

"Na mesma ocasião", prossegue Perseu, "publicamos um dossiê da administração Jânio Quadros. Há nesse dossiê casos pequenos e também fortes indícios de corrupção e fraude graves. Mas nada disso foi aproveitado para se investigar o que realmente aconteceu".

Outro "caso" lembrado por Perseu Abramo é a tentativa de identificar a administração Erundina, desde antes da posse, com o nepotismo. "Foi feito o maior estardalhaço quando se descobriu relações de parentesco entre algumas pessoas da Prefeitura. O mesmo não aconteceu quando o presidente da Câmara Municipal de São Paulo (Eduardo Suplicy) publicou a pouco tempo atrás, a lista de todos os funcionários da Câmara e se descobriu que nos gabinetes de todos os vereadores, exceto os do PT, havia

parentes contratados. Apenas um jornal paulista usou este material, ainda assim bem discretamente."

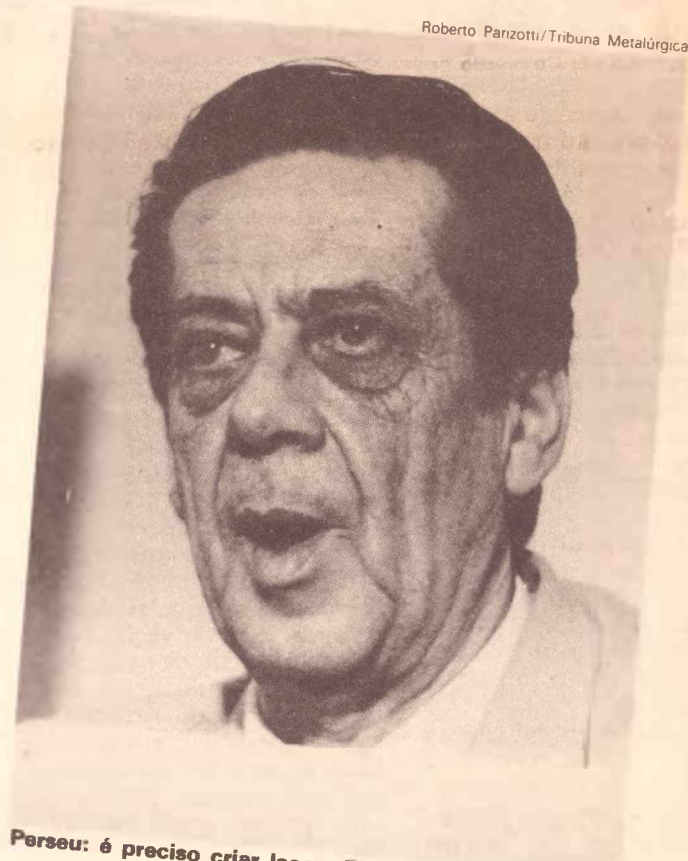
Vínculos diretos

Quanto ao tratamento dado pela Prefeitura aos órgãos de imprensa, Perseu esclarece que, "embora não haja nenhuma discriminação de nossa parte", não é obrigação do poder público ficar à disposição integral da imprensa.

como instrumento da população, extraindo todos os benefícios dessa posição e nenhum de seus custos. Por exemplo, qual dos grandes veículos de comunicação admite um controle de suas atividades pela população?"

Esse ponto de vista tem levado as prefeituras petistas a desenvolverem laços diretos de comunicação entre o governo municipal e o público. O que não tem sido fácil. Em São Paulo, por

Roberto Parizotti/Tribuna Metalúrgica



Perseu: é preciso criar laços diretos com a população

Prefeitura repõe salário

Ao contrário do governo federal, que desde 15 de janeiro decretou o congelamento dos salários, a Prefeitura de São Paulo está desde essa época reajustando mensalmente os salários de seus funcionários de acordo com o índice do custo de vida calculado pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos).

Essa administração também adotou uma política de recuperação do poder aquisitivo dos servidores municipais. A

Prefeitura de São Paulo elevou, no último dia 30 de abril em 400% os salários de todos os funcionários, em relação aos pagos em dezembro de 1988, que estavam muito baixos

Além disso, nenhum funcionário recebe hoje menos que 3 Pisos Nacionais de Salário (PNS), que significou em abril um abono de NCz\$ 47,50.

Concursos

Na administração de

Jânio Quadros, a Prefeitura privilegiou a abertura de concursos para ingresso no quadro dos servidores nos setores que exigem nível superior. Agora, a Secretaria de Administração está priorizando a chamada área operacional (nível médio ou fundamental), onde existem categorias em que não há concursos há 17 anos.

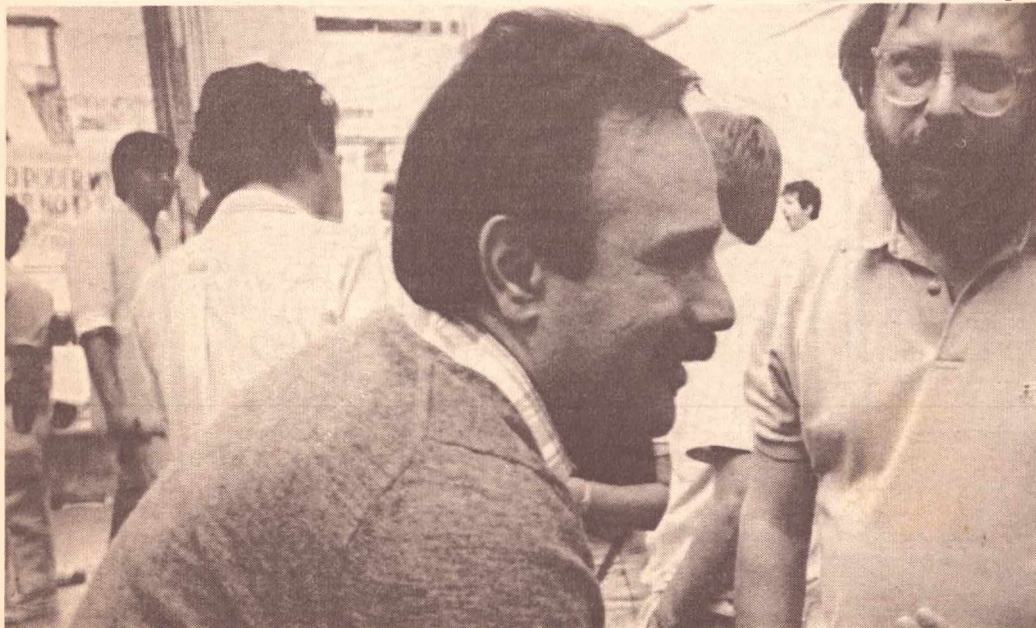
Ao mesmo tempo, para moralizar a máquina administrativa, a Prefeitura mapeou e demitiu todos os funcionários fantasmas.

Administrações municipais

Uma viagem promissora

Em busca de recursos para as prefeituras, o vice-prefeito de São Paulo e o secretário de Planejamento de Porto Alegre visitaram dez países e se reuniram com representantes de 160 instituições.

Roberto Parizott/Tribuna Metalúrgica



Greenhalgh: Colhendo bons resultados do exterior.

A viagem ao exterior do vice-prefeito de São Paulo, Luis Eduardo Greenhalgh, e do secretário de Planejamento de Porto Alegre, Clovis Ilgenfritz da Silva, representa a abertura de uma nova frente de trabalho em matéria de relações internacionais. É a primeira vez que administrações petistas organizam um esforço em grande escala de contatos internacionais, na qualidade de responsáveis administrativos por um segmento significativo do poder.

Neste sentido, a viagem tem amplas repercussões para o conjunto das atividades do PT, e vale a pena ver alguns pontos mais significativos.

Foram visitados dez países (França, Bélgica, Holanda, Alemanha, Itália, Suíça, Suécia, Inglaterra, Canadá e EUA). Foram realizados contatos com governos, com administrações locais, com organizações não-governamentais e com bancos, além da Comunidade Européia, da OEA e de diversas agências das Nações Unidas (FAO, OIT, OMS). No total foram 107 reuniões com cerca de 160 instituições.

Os projetos são fundamentalmente de área social (saúde, habitação, educação) ou produtivos com

função social (tratamento de lixo, produção de materiais de construção para população de baixa renda) e ainda de meio ambiente urbano.

A missão teve como objetivo principal conseguir recursos financeiros e assistência técnica para projetos sociais de São Paulo e outras prefeituras de administração petista. Este apoio está sendo conseguido, e nas últimas semanas estão chegando numerosas delegações, como resultado da visita, passando já à fase de identificação de projetos a financiar.

Estes resultados foram apresentados às administrações em relatório detalhado. Entretanto, estão se tornando claras algumas implicações mais amplas.

É a primeira vez que uma missão apresenta a mais de 150 instituições, projetos visando resgatar a dívida social acumulada nas cidades brasileiras. O governo normalmente solicita, por pressão de grupos privados, fundos em condições comerciais para projetos inúteis (Transamazônica, Angra dos Reis) ou sobredimensionados, que em seguida não pode pagar. Foi muito bem recebida pela comunidade internacional es-

ta preocupação com um projeto social para o Brasil.

A missão permitiu que São Paulo e outros municípios entrem rapidamente na cooperação horizontal com regiões e municípios de outros países. Este tipo de atividade é hoje intenso na maior parte das capitais, sem falar de cidade de menor porte como Rotterdã, Bolonha, Montreal e outras, permitindo troca de experiências técnicas e administrativas, além de enriquecimento cultural.

Dívida externa

A missão permitiu verificar as posições dos países visitados relativamente à dívida externa. De forma geral, os governos consideram que a situação é insustentável para os países em desenvolvimento, e os gigantescos pagamentos efetuados pelo governo Sarney são considerados absurdos pelos próprios credores, cada vez mais preocupados com a situação social explosiva do país. É preciso lembrar que os cerca de 12 a 15 bilhões de dólares que se mandam anualmente para o Exterior constituem excedente em grande parte nos municípios que administramos.

Constatou-se, igualmente, a que ponto houve uma grosseira simplificação, por parte do governo Sarney, das preocupações com o problema do meio ambiente. Esta preocupação é hoje imensa nos países visitados, e cabe a nós capitalizá-la para mobilizar forças pela defesa do meio ambiente tanto rural como urbano. A Amazônia hoje se defende reforçando a democratização da sociedade, para que esta tenha instrumentos de controle, e moralizando o Estado.

É impressionante o interesse internacional criado em torno do governo de Luiza Erundina, e de forma geral pelo espaço de gestão

democrática que se está abrindo no Brasil, ainda que em nível municipal. É preciso salientar que experiências da administração com participação e controle por parte da população, estão se desenvolvendo ativamente em lugares tão diferentes como Montreal, Paris, Amsterdã sem falar de experiências já mais consolidadas como a de Bolonha.

De certa forma, com a constituição de núcleos de apoio por país, formação de "pools" de organizações não-governamentais, e de redes de solidariedade, está se formando uma base de apoio político internacional importante para todo o processo político que vivemos.

**Tarda,
mas não falha
Demorou, mas chega
com muita qualidade:**

Teoria & Debate n.º 6

Façam seus pedidos para nós com urgência, a tiragem é limitada. Preço de capa: NCZ\$ 2,00 Diretórios, Núcleos e Comitês têm 30% de desconto. Exemplares atrasados (edições de n.ºs 1, 3, 4 e 5): NCZ\$ 2,00. Assinaturas: nesta edição do Boletim Nacional há um anúncio com o cupom para assinaturas, com instruções e valores.

O debate já começou

O PT, com representação em cerca de 400 Câmaras Municipais, poderá ter uma forte influência na elaboração da Lei Orgânica. Abaixo, algumas propostas para encaminhar a questão.

João Paulo Cunha*

O novo reordenamento jurídico do país - atualmente expresso na elaboração das leis complementares à Constituição Federal e na elaboração das Constituintes Estaduais - será consumado com a formação de uma nova lei orgânica para os municípios. Nosso partido, com representação em quase 400 Câmaras Municipais e com aproximadamente 1100 vereadores, não pode deixar de apresentar propostas que venham a preencher os espaços deixados pela Constituição Federal e mantidos pelas Constituições Estaduais.

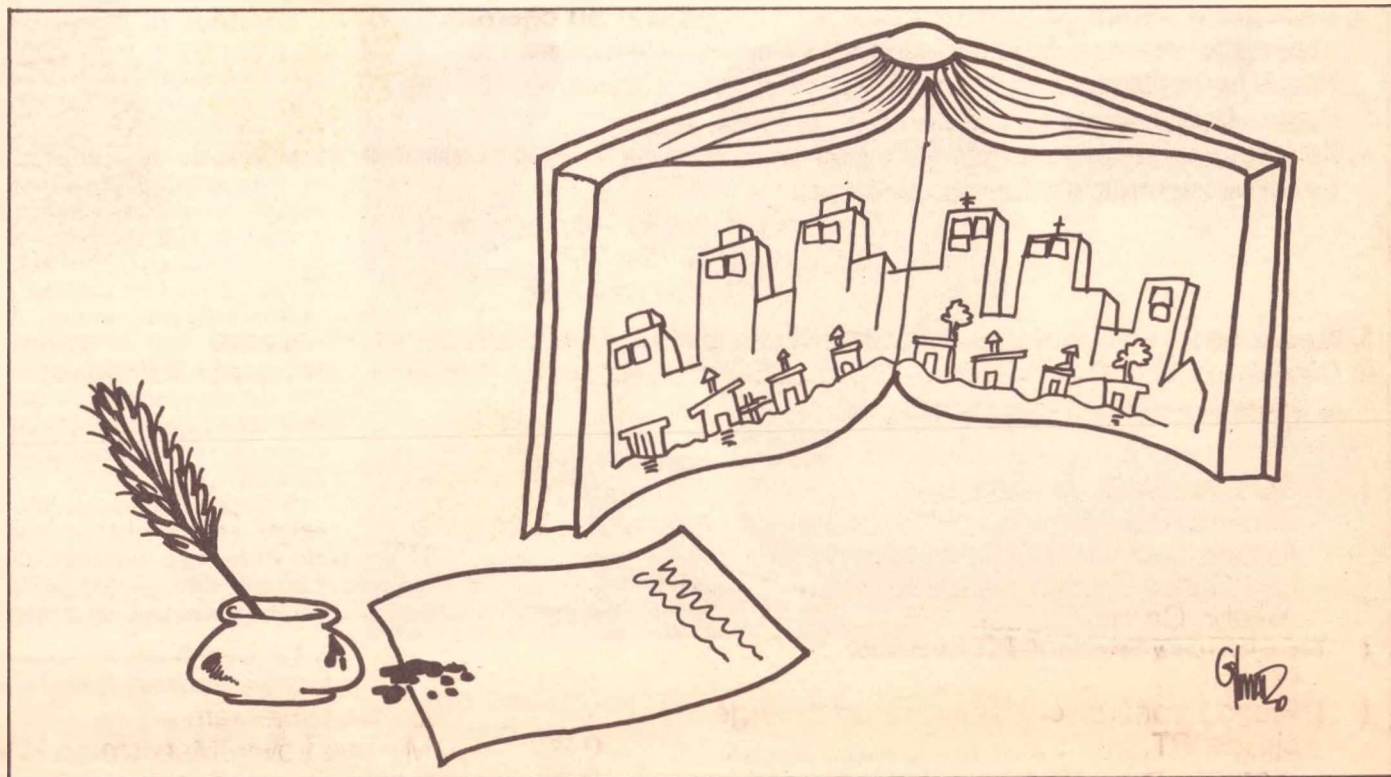
Atualmente cada Estado tem sua lei orgânica que serve para todos os Municípios - com exceção do Rio Grande do Sul, onde cada município tem sua carta. Com a nova Constituição Federal ficou garantido a cada Município elaborar sua própria Lei Orgânica.

As discussões acerca desta nova lei orgânica começam, timidamente, a dar os primeiros passos. Oficialmente esta discussão será introduzida ao término da Constituição Estadual que está em andamento e com previsão para terminar em outubro de 89.

Evidentemente a carta municipal, assim como as Constituições Estaduais, não terão soberania, portanto não podemos propor questões que não digam respeito à lei orgânica. Devemos ficar atentos para que durante o processo de elaboração da Constituição Estadual os deputados preservem o direito de a autonomia municipal ser exercida pela Câmara de vereadores.

Plano de trabalho

Devemos começar a organizar um plano de trabalho com vistas ao projeto de lei orgânica. Apontamos aqui tópicos que podem orientar e servir para os debates sobre este assunto:



Os diretórios regionais, municipais e nossos parlamentares precisam, desde já, abrir o processo de divulgação e mobilização visando garantir direitos, abrir espaços, determinar competências e garantir a participação popular no processo de elaboração e sua relação com o poder público. Desta forma, convocar os sindicatos, as comunidades, os partidos políticos e os movimentos populares para que ao tempo de divulgação da importância desta carta, também discutam a introdução das reivindicações populares na carta municipal. É importante observar que temas como o uso e ocupação do solo, meio ambiente, funcionalismo público municipal, concessão ou permissão de serviços públicos, subsídios salariais a vereadores, prefeitos e vices são alguns dos temas que estarão no âmbito da responsabilidade da lei orgânica municipal.

A mobilização e divulgação para a lei orgânica dos Municípios deve ser feita sem prejuízo da pressão às Assembléias Legislativas para que também as pro-

postas populares sejam garantidas na Constituição Estadual.

No âmbito específico das Câmaras Municipais nossos vereadores devem abrir imediatamente o debate propondo a formação de comissões com o objetivo de acompanhar a elaboração da Constituição Estadual, a convocação de debates sobre temas que serão tratados na lei orgânica, os mecanismos de participação popular incluindo uma campanha de esclarecimento sobre o papel do vereador na elaboração das leis orgânicas municipais. A mobilização popular e a pressão direta sobre os vereadores é que garantirá conquistas populares na carta municipal.

Na fase da instalação dos trabalhos constituintes municipais os movimentos, o partido e os nossos vereadores devem desde já ter em mãos uma proposta de regimento interno para o funcionamento da Câmara durante o período de elaboração da lei orgânica. Neste regimento precisamos garantir a ampla participação popular, o recebimento de

emendas populares e o caráter democrático do funcionamento das comissões.

Durante os debates sobre temas específicos precisamos ir acumulando propostas sobre estes temas para transformá-los em conteúdo da nova carta. Por isso é fundamental que os debates se façam com a mais ampla divulgação e com maior número de consultas possíveis. Com isso podemos garantir as reivindicações e princípios democráticos na nova carta municipal.

Anteprojeto de lei

Como cada Assembléia Legislativa tem um ritmo e composição de forças diferentes - apesar do caráter conservador predominar em quase todas - precisamos, então, atentar para o conteúdo destas constituições estaduais visando garantir uma combinação jurídica pertinente na nossa proposta de Leis Orgânicas Municipais, observando também a Constituição Federal. Este aspecto é importante para que não sejamos surpreendidos com questões

legais imprecisas e contraditórias.

Objetivando uma ação uniforme nas Câmaras Municipais, com uma linha política comum, a Executiva Nacional formou uma comissão para sistematizar e elaborar um anteprojeto de lei orgânica, regimento interno e outros derivados que ao tempo que respeite as peculiaridades de cada município/cidade sirva de referência para os debates nas cidades e nas Câmaras Municipais, além de ser o instrumento de articulação com os movimentos sociais e as forças progressistas da cidade.

É muito provável que uma parte da campanha presidencial esteja concomitante com o trabalho de elaboração da lei orgânica municipal, por isso precisamos introduzir a campanha Lula presidente como fator de articulação, mobilização e divulgação das nossas propostas.

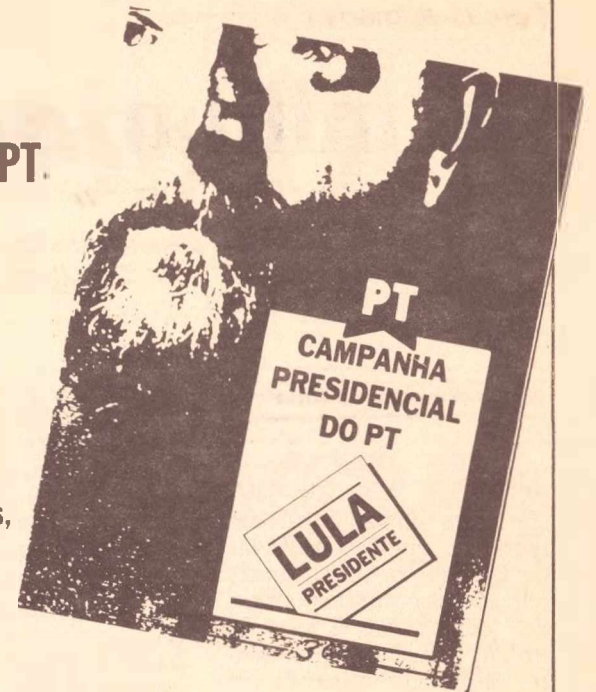
* Membro da Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais

Reembolso PT

Veja como é fácil, rápido e econômico comprar as publicações do PT do Instituto Cajamar e de diversas editoras:

1. Escolha as publicações (e quantidades) do seu interesse;
2. Calcule o valor total (o Correio é por nossa conta);
3. Escolha a forma de pagamento, se vale postal ou cheque:
 - Vale Postal - dirija-se a uma agência do Correio e remeta o dinheiro em nome de Rogério de Queiroz Chaves, agência Vila Mariana, código de n.º 40 44 20;
 - Cheque - faça-o nominal ao Partido dos Trabalhadores;
4. Mande-nos o seu pedido, juntamente com a cópia do vale postal ou o cheque, no valor total das publicações, e o seu endereço completo, com cep correto, para:

Departamento de Circulação do PT.
av. 11 de junho, 260
04041 - São Paulo - SP



5. Dez dias após o envio do seu pedido, as publicações estarão chegando no endereço que nos fornecer;
6. **Diretórios Municipais, Núcleos, Comitês da Campanha:** têm direito a 30% de desconto em todas as publicações e 20 dias de prazo para pagar.

() SOCIALISMO em debate Eduardo Suplicy, Fúlvio Abramo, Jacob Gorder, Lula, José Dirceu, Leonardo Boff, Luiz Carlos Prestes, Wladimir Pomar, Marco Aurélio Garcia.....	NCz\$ 8,00	() São Paulo do PT.....	10,00
() PARTIDO/SINDICATO (apostila do Cajamar).....	1,50	() EDUCAÇÃO COMO ATO POLÍTICO-PARTIDÁRIO Vários autores, apresenta as propostas do PT na área de Educação, indispensável para os militantes da área.....	8,00
() Plano Econômico Alternativo de Emergência do PT.....	0,30	() As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchausen Michael Löwy, Marxismo e Positivismo na Sociologia do Conhecimento, em bem-humorada análise.....	7,00
() Poder Local e Participação Popular.....	0,30	() SAPATARIA NICARÁGUA Cristina Tramonte.....	2,00
() Resoluções do 5.º Encontro.....	0,50	() Biografia resumida do Lula Informações sobre a Campanha Presidencial e o candidato do Partido dos Trabalhadores. Imprescindível para comitês e militantes, argumentos e orientações que fazem falta.....	1,00
() O Que É PT (atualizada, bonita, extremamente útil).....	0,50	() Quem foi Quem na Constituinte Nas questões de interesse dos trabalhadores.....	15,00
() Programa, Manifesto e Estatuto.....	0,50	() O ENIGMA CHINÊS Wladimir Pomar - Capitalismo ou Socialismo (análise que auxilia a compreensão das transformações vividas hoje na República Popular da China, 40 anos após a revolução).....	10,00
() Tendências Organizadas dentro do PT José Dirceu e Wladimir Pomar.....	0,30	() EDUCAR PARA QUE? Reinaldo Matias Fleuri Contra o autoritarismo da relação pedagógica na escola.....	4,00
() ROSA, A VERMELHA biografia de Rosa de Luxemburgo, vários autores.....	9,00	() NAVEGAR É PRECISO Joaquim Celso de Lima (Memórias de um Operário Comunista).....	3,00
() CAINDO POR TERRA José Gomes da Silva (Crises da R.A. na Nova República).....	7,00	() UMA GRAUNA NO IBIRAPUERA Elvira de Oliveira - Pequena biografia de Luiza Erundina.....	6,00
() O AMIGO DA ONÇA Charges de Péricles, depoimentos de Augusto Rodrigues, Fortuna e Zivaldo, com prefácio de Millôr Fernandes.....	7,00	() UMA CRUZ EM TERRANOVA A vida e a luta de Norberto Schwantes, agricultor, pastor luterano, colonizador e cooperativista.....	10,00
() A DITADURA DA DÍVIDA Bernardo Kucinski e Susan Branford Causas e Consequências da dívida latino-americana.....	8,00		
() CHE, 20 anos depois Depoimentos e avaliações, vários autores.....	8,00		
() MASSACRE NA LAPA Pedro Estevão da Rocha Pomar Como o Exército liquidou o Comitê Central do PC do B.....	7,00		
() SANGUE DA TERRA Murilo Carvalho.....	4,00		
() VIDA URBANA E GESTÃO DA POBREZA Aldaíza Sposati, Secretária das Administrações Regionais da Prefeitura Municipal de			

Forças Armadas

A militarização da Segurança Pública

Os militares garantiram na Constituição Federal que as PM's sejam extensões do Exército, constituindo um comando paralelo aos governos estaduais.

Sérgio Amadeu da Silveira *

A tutela militar sobre o País é um "caso de polícia". As Forças Armadas lograram vitórias decisivas no Congresso Constituinte, não só assegurando o status de "defensoras da lei e da ordem", mas principalmente institucionalizando o "militarismo" como o meio capaz de garantir a segurança pública.

Pela nova Constituição, o policiamento ostensivo é exercido exclusivamente pelas Polícias Militares, cabendo às Polícias Cíveis unicamente as funções de polícia judiciária e a apuração das infrações penais. O lobby das Forças Armadas, prevendo o avanço das forças democráticas, apressou-se em "recheiar militarmente" todos os mínimos espaços para ações de controle social e de garantia de incolumidade das pessoas.

Caso prevalecesse, em matéria de Segurança Pública, a Constituição anterior, os Estados poderiam estruturar um novo policiamento, reduzindo os efetivos militares, completamente ineficazes para a prevenção do crime. Ocorre que as Forças Armadas e a comunidade de informações precisam de Polícias Militares como extensões de sua presença e do seu poderio.

Recentemente, em São Paulo, durante a greve dos professores, um pequeno deslize desnudou a face oculta das PM's e sua ligação com os serviços de informações. Os 1500 policiais do Batlhão Escolar e da Ronda Escolar, incumbidos da segurança de 750 escolas estaduais, foram utilizadas para mapear o movimento grevista, checar sua extensão e identificar seus líderes. As informações foram passadas ao Serviço Reservado da PM (atual BPGE), a partir daí seu destino é desconhecido. O

comandante-geral da PM, coronel Wilson Correia Leite, diz não ter ordenado a ação de espionagem, mas o jornal O Estado de S. Paulo - divulgou no dia 21 de abril a declaração do tenente Marcelo Pignatari, relações públicas da corporação, confirmando a operação e creditando-a ao Comando da PM.

Pouca gente sabe que as Polícias Militares integram legalmente o "Sistema de Informações do Exército". Os artigos 41 e 42 do Regulamento para as Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares (R-200) em vigor, subordinam as PM's ao Comando do Exercício de Área, permitindo à Inspetoria-Geral das Polí-

cias Militares (órgão do Estado-Maior do Exército) dirigir-se diretamente às Polícias e seus órgãos, com ou sem aval da Secretaria da Segurança ou dos governadores. A subordinação das PM's aos governos estaduais não passa de ilusão.

As PM's, através de seus Serviços de Inteligência, são

utilizadas como tentáculos do Exército.

Além disso, qualquer mudança na "organização, aumento ou diminuição de efetivos das Polícias Militares depende de aprovação do Estado-Maior do Exército" (Artigo 38 do R-200). O Exército decide previamente ainda sobre material bélico, munição, motomecanização, ensino etc. Quando as Assembléias Legislativas recebem um Projeto de Lei sobre as Polícias Militares, o mesmo já foi submetido ao Exército.

Evidentemente a Segurança Pública fica prejudicada com a existência de duas polícias, com a total descoordenação entre elas, e com a militarização de funções eminentemente civis.

"O povo é civil", escreveu Roberto Aguiar. O criminoso é civil. Quase a totalidade das causas geradoras do crime são sociais. Mas, apesar de tudo isso, temos um "Exército" para "combater" o crime. A estrutura militar é completamente anacrônica, disfuncional para evitar, prevenir, dissuadir e até "combater" o crime. O policiamento correto, disseminado em todo o mundo civilizado, é civil, uno, uniformizado e, em geral, com policiais recrutados na própria comunidade.

O emprego de um policiamento militar rescaldo da ditadura e da "transição transada por cima", pressupõe a existência de uma guerra. Numa guerra, todos os movimentos são importantes, todos são suspeitos, e, se o inimigo está "fantasiado" de "povo", o policial deve estar mais atento, mais tenso, pois qualquer cidadão é um "inimigo" em potencial. Tal clima de guerra contamina a população, que a cada dia vê com mais desprezo e desespero a ineficácia da polícia para prover a sua segurança.



PM é poder paralelo aos governos estaduais.

Projeto para Constituintes

A bancada do PT na Assembléia Legislativa de São Paulo incorporou, em sua proposta para a Constituinte Estadual, idéias provenientes das entidades populares e das bases partidárias.

A proposta procura ocupar os espaços delegados pela Constituição Federal como competência de cada estado e, ao mesmo tempo, toma o cuidado de não restringir o que será da competência dos municípios quando da elaboração das Leis Orgânicas.

Um dos pilares do projeto do PT é a idéia da

participação popular: daí a proposta de garantir à iniciativa da sociedade civil a formulação de leis e a possibilidade dela manifestar através de referendo sobre as decisões da Assembléia Legislativa. A bancada petista também pretende ir aos detalhes no capítulo referente aos direitos sociais, para impedir inter-

pretações dúbias, opondo-se portanto à idéia de uma Carta "sumária".

Pontos dos mais polêmicos deverão ser os relativos à Polícia Militar e

à regulamentação da propaganda governamental. Em relação ao primeiro, a bancada propõe a desmilitarização da PM, fortalecendo a concepção do policiamento preventivo. Sobre o segundo, o PT defende formas concretas de fiscalização do Poder Legislativo sobre o Executivo: apresentação à AL de plano anual de publicidade, com custos e objetivos, relatório trimestral dos gastos, além de prever punição por crime de responsabilidade em caso de não ser cumprido.

Internacional

Aprendendo com as urnas

Votando livremente, o povo soviético foi implacável com os conservadores do PC. Na Polônia e Hungria inicia-se uma experiência pluralista. A democracia dá novo impulso às reformas no Leste socialista.

Igor Fuser*

“Ninguém apóia a perestroika, a não ser um punhado de intelectuais”, sentenciava, no final de fevereiro, ao regressar de uma viagem à URSS, o economista francês Guy Sorman, festejado pela direita brasileira como um dos gurus do neoliberalismo. A afirmação, impregnada do pessimismo típico da maioria das análises feitas no Ocidente sobre os desafios da gestão Mikhail Gorbachev, receberia um mês depois um desmentido demolidor: em 26 de março, na primeira eleição relativamente livre em 70 anos de regime comunista, milhões de soviéticos foram às urnas não só para manifestar seu apoio às reformas democratizantes, mas para enfatizar que desejam mudanças mais rápidas e mais profundas.

A lição das urnas

“Meu país nunca mais será o mesmo”, comemorou o poeta Andrei Voznesensky, diante do estrondoso resultado das urnas: uma derrota atordoante dos burocratas da ala conservadora do Partido Comunista, que tentam proteger seus privilégios colocando pedras no caminho das reformas. Por toda parte, candidatos independentes - membros ou não do partido, mas que correram por fora, contra a máquina do PC - levaram a melhor. Alguns caciques conseguiram mesmo a proeza de perder eleições que disputavam como candidatos únicos - de tão execrados pela população, tiveram seu nome riscado na cédula pela maioria dos eleitores, de modo a tornar necessária nova votação.

Na disputa mais importante, Boris Yeltsin, afastado do Politburo por reclamar do ritmo moroso da perestroika, massacrou nas urnas seu rival, o diretor da fábrica que produz limusines para os membros da

“nomenklatura”, ao receber 89% dos votos para deputado por Moscou, no final de uma campanha que levou multidões às ruas da capital. Uma volta por cima ainda mais espetacular teve como protagonista o físico Andrei Sakharov, o mais famoso dos antigos dissidentes, eleito deputado para o Congresso dos Deputados do Povo como representante da Academia de Ciências, depois de passar seis anos em exílio interno por defender os direitos humanos e criticar a aventura militar no Afeganistão.

Pluralismo

O vento de mudanças que sacode a URSS sopra ainda mais forte em outros países do Leste Europeu. Na Hungria, o governo comunista, pioneiro na introdução de mecanismos de mercado na economia planificada, mostra-se disposto a abrir mão da viga mestra de seu sistema político - o monopólio do poder - com a introdução da liberdade partidária e de uma reforma constitucional que culminará com eleições livres e competitivas em 1994. Na Polônia, o povo irá às urnas, agora em junho, para eleger um Senado recém-criado, numa disputa aberta aos candidatos da oposição, inclusive filiados ao sindicato independente Solidariedade, que recuperou em abril sua existência legal. “Este é o começo da estrada para a democracia parlamentar”, diz o acordo assinado pelas autoridades e pelas principais forças da oposição. Lech Walesa, líder e símbolo do sindicalismo polonês, já admite concorrer à presidência da república pelo novo sistema, mas só em meados da década de 90. Na próxima eleição presidencial, pelo voto indireto, apoiará o atual homem-forte do país, Wojciech Jaruzelski.

Estranha à primeira vista, essa convergência entre antigos inimigos se explica



pela grave e prolongada crise que assola o bloco socialista. O padrão de vida cai a níveis de Terceiro Mundo, cresce a defasagem tecnológica perante o Ocidente e a escassez de alimentos e de bens de consumo faz lembrar os tempos duros da 2.ª Guerra. Junto com os sonhos de uma geração de jovens que prefeririam emigrar para os países capitalistas, a crise sepultou também a tese de que a estatização da propriedade é necessariamente pressuposto para o bem-estar dos trabalhadores.

“Está em jogo a sobrevivência da Polônia como país”, definiu Walesa, ao justificar o “compromisso histórico” com o governo que perseguiu o Solidariedade durante sete anos e pôs na cadeia seus melhores ativistas. Em troca de uma

abertura política inimaginável meses atrás, os líderes do sindicato darão seu aval a um programa de modernização que poderá, num primeiro momento, jogar boa parte dos poloneses numa situação de penúria ainda maior. “Se tudo não passar de uma ilusão, voltaremos ao campo de batalha”, promete Walesa.

Incertezas

O caso da Polônia mostra como são complexos e contraditórios os caminhos da liberalização política no Leste Europeu. As conquistas ainda são modestas. Na URSS, por exemplo, a liberdade partidária é um assunto tabu até mesmo para os mais fervorosos defensores da glasnost. Além disso, nada garante que, numa reviravolta, não se repitam tragédias como a da Tche-

coslováquia em 1968, quando os tanques soviéticos invadiram Praga - na realidade, a precursora das mudanças de hoje. De qualquer maneira, a nova primavera que se espalha pelo mundo comunista já pode contabilizar a seu favor o mérito de jogar na lata do lixo, de uma vez por todas, uma idéia que durante décadas teve força de dogma: a de que as liberdades democráticas não passam de direitos “burgueses”, a serem desprezados quando se chega ao poder. Socialismo - esta é a mensagem que a glasnost envia aos povos do mundo inteiro neste final de século - não é, necessariamente, sinônimo de ditadura.

* Jornalista da revista Veja

ARGUMENTOS NÃO FALTAM, BASTA INFORMAR-SE

Muita gente boa reclama da parcialidade da "grande imprensa", acusando-a, com razão, de defender os interesses do capital.

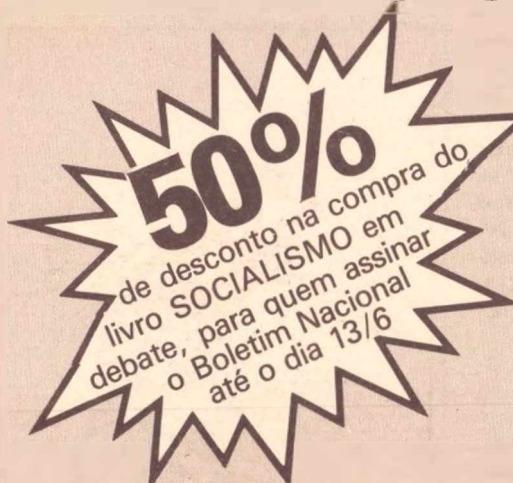
Toda essa gente paga caro as publicações da "grande imprensa". E reclamam da falta de argumentos para responder aos ataques às forças políticas dos trabalhadores, em especial ao PT. Ainda mais agora, com a possibilidade de eleição de um trabalhador à Presidência da República.

Bom, os petistas não têm esse problema de falta de argumentos. Os petistas têm a revista Teoria & Debate e o Boletim Nacional, para informar-se e adquirir os argumentos necessários ao embate político. Além da revista e do jornal, possuem ainda inúmeras publicações sobre temas específicos.

A campanha à Presidência edita o **Jornal do Lula**, dirigido aos filiados e simpatizantes, e o Boletim da Campanha, este de circulação mais restrita, para afixação nos diretórios e comitês da campanha.

É só passar no diretório e comprar. Ou pegar, se a distribuição for gratuita. Fácil, não?

RECEBA AS PUBLICAÇÕES DO PT



Instruções:

- 1) Escolha as publicações do seu interesse
- 2) Calcule o valor total
- 3) Escolha a forma de pagamento, se vale postal ou cheque:

Vale Postal - remeta o dinheiro em nome de Rogério de Queiroz Chaves agência Vila Mariana, código de n.º 40 44 20;

Cheque - faça-o nominal ao **Partido dos Trabalhadores**;

- 4) Mande-nos o seu pedido, juntamente com a cópia do vale postal ou o cheque, no valor total das publicações, e o cupom abaixo, para:

Departamento de Circulação do PT, av. 11 de junho, 260, cep 04041 - São Paulo - SP.

- | | |
|---|-------------|
| <input type="checkbox"/> Boletim Nacional (12 edições) + SOCIALISMO em debate | NCz\$ 10,00 |
| <input type="checkbox"/> Boletim Nacional (12 edições) | NCz\$ 6,00 |
| <input type="checkbox"/> Teoria & Debate (4 edições) | NCz\$ 7,00 |

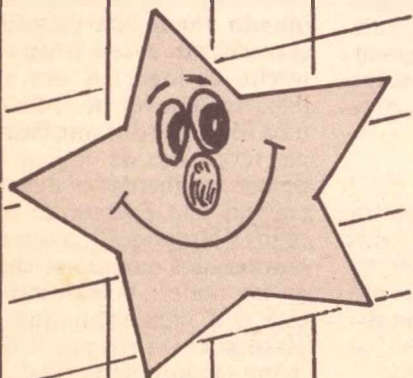
NOME:.....

END:.....

CEP:.....CIDADE:.....ESTADO:.....

PROFISSÃO:.....IDADE:.....FILIAO AO PT?.....

LULA PRESIDENTE



A corrida começou

Contribua para a vitória!

Quem tem fé no PT pode participar fazendo sua contribuição financeira, na conta "Lula 89 - PT", aberta no Banco do Brasil, conforme as instruções:

- 1) **Deposite ou mande uma Ordem de Pagamento para a conta 13.000 - 1, agência 0300.X, Praça da Árvore, São Paulo - SP;**
- 2) **deposite quanto puder, não há valor mínimo;**
- 3) **Guarde o comprovante em seu poder.**

Cartas

Um alô do Rio...

Nos últimos três anos, o aniversário do golpe militar de 64 não tem passado em branco para a população carioca. Os estudantes do Centro Acadêmico da Faculdade Nacional de Direito (CACO) realizam concorridas passeatas, carregando o caixão da "redentora" pelas ruas do Rio.

Enquanto isso, os militares comemoram o 25.º aniversário do que eles chamam de revolução, no 1.º Batalhão da Polícia do Exército, onde morreram torturados inúmeros opositores do governo nas mãos dos oficiais quando lá funcionava o DOI-CODI.

Na comemoração, o general da reserva Job Lorena de Sant'Anna, que presidiu o inquérito policial-militar das bombas do Riocentro, recebeu a Medalha de Bronze do Mérito Amazônico, pelos dois anos de serviços prestados na Amazônia, mas certamente esse não é seu único motivo de orgulho. Afinal, ele teve papel de destaque no inquérito que concluiu não haver indícios de envolvimento dos dois militares no episódio do Riocentro, (quando se realizava um show comemorativo do Dia do Trabalho e uma bomba explodiu no carro de um dos militares, ferindo um e matando o outro).

O que seria do Brasil se não houvesse pessoas com tanto compromisso com a verdade?

Analéa Rego
Rio de Janeiro/RJ

Repúdio à violência

A Executiva Municipal do Partido dos Trabalhadores e a bancada dos vereadores do PT vêm informar aos meios de comunicação, o lamentável episódio ocorrido na Prefeitura Municipal de Além Paraíba (MG) no dia 31 de março. Os vereadores petistas Sidilúcio Ribeiro Senra e Guilherme

A. Diniz foram caluniados e agredidos pelo prefeito Elias Fadel Sahione. O episódio ocorreu quando os vereadores do PT distribuíam aos funcionários municipais uma nota justificando os motivos que levaram os mesmos a votarem contra o miserável reajuste aprovado pela Câmara Municipal, na reunião de 28/03/89.

Pedimos aos companheiros que enviem moção de repúdio e protesto à Câmara Municipal de Além Paraíba, para que sejam lidas em plenário: Rua Heitor do Nascimento, s/n.º - Além Paraíba, MG.

Sugestões

Estou fazendo a assinatura do Boletim Nacional, e como vocês pedem sugestões para a elaboração do mesmo, envio algumas.

Gostaria que fosse editado algo sobre a Revolução Cubana e como se encontra atualmente a Nicarágua.

Em relação ao nome do novo jornal do PT, sugiro "A Voz do Trabalhador".

Rosivaldo Rosa Caló
Ibirapitanga/BA

De acordo com o pedido de sugestões que li no Boletim Nacional, página 11. Quero dizer que gostei muito da leitura, do conteúdo deste boletim informativo, e quero enviar aqui a minha sugestão para um adesivo, pra ser usado na campanha.

é o seguinte:
"O Homem que trabalha na Terra Não Preocupa com a Guerra"
LULA 89

Manoel Ferreira de Freitas
Caçu/GO

Marcha da Saúde

A precariedade dos serviços de saúde prestados à população do Rio levou cerca de 1500 pessoas a uma passeata de protesto no centro da cidade, organizada pela CUT, CGT, Famerj, Sindicatos, Partidos Políticos e diversas entidades civis, no dia 29 de março.

Além de alertar para o descaso das autoridades, a



Marcha da Saúde, como foi batizada, reivindicava também que o SUDS - Sistema Único Descentralizado de Saúde - seja público, gratuito, de boa qualidade e sob o controle da população. Outras duas bandeiras do movimento foram a criação de conselhos populares de saúde com poder de deliberação através de entidades representativas da sociedade e um plano de isonomia salarial para os profissionais da área, tanto na rede pública quanto na particular.

No último dia 15 houve uma assembleia na Famerj para avaliar os próximos passos da luta. Enquanto isso, a CUT está incentivando a criação de Comitês de Defesa do Serviço Público entre associações de funcionários e comunidades.

Rio de Janeiro/RJ

Informações seguras

Gostaria de sugerir a vocês que nas próximas edições do BN publiquem matérias sobre como andam as administrações petistas (a fundo) e ainda, como anda o relacionamento do Lula com a prefeita Luiza Erundina, porque, como vocês sabem, nossos adversários estão usando artifícios sujos para queimar as administrações petistas e também a campanha do Lu-

la. E informações de fontes verdadeiras quem pode nos dar são vocês. Só assim poderemos, de cabeça erguida, caminhar para a vitória nas eleições para a Presidência da República.

Hamilton S. Silva
Aragarças Goiás

BN responde:


As relações do Lula com a companheira Luiza são fraternas, de respeito mútuo, estando a Luiza plenamente integrada na campanha do Lula e o nosso candidato acompanhando e apoiando a administração petista em São Paulo.

Xerente ameaçados

Quando o governador Siqueira Campos falou em seu discurso de posse que faria um governo democrá-

tico valorizando a cultura do Tocantins ele provavelmente não fazia referências à questão indígena. A reserva Xerente, localizada à direita do rio Tocantins, no município de Tocantínia, corre o risco eminente de ser dizimada pela civilização com a construção da nova capital. Os Xerente temem que a construção da capital do novo estado naquela região vá "empurrar" os índios da reserva. Existe muita preocupação em desenvolver a margem direita do Tocantins, mas essa preocupação não pode se contrapor à sobrevivência, com dignidade, dos Xerente. Outro problema que os índios deverão enfrentar é com o projeto de construção de hidrelétricas no médio Tocantins e da barragem do rio do Sono, que vai inundar um pedaço da reserva.

Alaide C. de Moura



Órgão da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores, Av. 11 de Junho, 260, CEP 04041, São Paulo/SP - fone: 575-2299.

Secretário de Comunicação:
Rui Falcão
Editor: Cicero Araújo.

Repórter: Marisa Lourenço.
Colaboradores: Bernardo Kucinski, Breno Altman, Davi Capistrano Filho, Igor Fuser, João Paulo Cunha, Magda David, Marcos Aarão Reis, Mariângela Haswani, Luis Eduardo Greenhalgh.
Charges: Gilmar.
Diagramação: Eliana Vasconcelos da Silva Esval, João Francisco Esval.
Tiragem: 30 mil exemplares.
Comp., Mont., Fotol., Impr.: DCI - Indústria Gráfica & Editora S.A.
Circulação: Rogério de Queiroz Chaves.

“Saúde econômica do capitalismo é um mito”

Numa entrevista exclusiva ao BN, o teórico marxista Ernest Mandel fala das reformas de Gorbachev e prevê uma nova recessão nos países capitalistas centrais.

Arquivo Em Tempo

O economista belga Ernest Mandel esteve no Brasil em fins de abril passado e manteve contatos com militantes e intelectuais ligados ao PT. Aproveitou também para lançar seu mais recente livro. Além da *Perestroika* (obra em dois volumes; o primeiro já está nas bancas, lançado pela Editora Busca Vida, 208 págs., NCz\$ 14,80).

Mandel é um senhor de 65 anos, professor da Universidade Livre de Bruxelas e ativo militante socialista. Ele concedeu ao BN uma entrevista exclusiva, cujos principais trechos vão a seguir:

BN - Em linhas gerais, qual a sua análise sobre as reformas atualmente em curso na União Soviética?

Mandel - O que vem ocorrendo lá significa uma mudança fundamental na situação mundial, provavelmente a maior mudança depois da revolução chinesa de 1949.

Não é o resultado da atuação exclusiva de Gorbachev e da nova direção soviética. Mas sim a consequência de uma reativação das massas populares naquele país, que durante muitos anos foram atomizadas pela ditadura stalinista e pós-stalinista.

Um símbolo dessa reativação é o resultado das eleições para o Congresso dos Deputados do Povo, nas quais 20 milhões de eleitores votaram contra os representantes do aparato burocrático. Esta é uma cifra enorme: seria o mesmo que, nos EUA, 20 milhões de eleitores votarem contra o Partido Republicano e contra o Partido Democrata.

Na realidade, o processo de mudanças na URSS começou antes de Gorbachev chegar ao poder. No final dos anos 70, renasceu uma série de movimentos de opinião pública. Eram movi-



Mandel: apontando contradições na perestroika

mentos pouco politizados, não centralizados num programa político geral, mas pipocavam em diversos setores da sociedade: jovens (com características semelhantes aos movimentos de protesto da década de 60 no Ocidente), minorias nacionais, ecológicos, feministas e especialmente operários (greves).

Tudo isso ocorreu num marco de crise do sistema econômico: declínio da taxa média de crescimento da riqueza e retrocesso das condições sociais (estagnação dos gastos com saúde pública, aumento da mortalidade infantil, surgimento de uma nova miséria). O conjunto de todos esses fatores, mais o atraso tecnológico, levou um setor da burocracia dirigente a se redirecionar, para não perder o controle sobre a sociedade.

BN - Qual a sua posição, sobre as iniciativas tomadas até agora por Gorbachev?

Mandel - Gorbachev é o resultado das mudanças ocorridas anteriormente na base da sociedade e, ao mesmo tempo, é o inspirador de novas mudanças. Portanto, devemos encarar dialeticamente a relação que vem se operando entre a burocracia dirigente e a base. Ela é contraditória.

Entre as iniciativas de Gorbachev há que se fazer uma distinção bem clara. É um erro, cometido inclusive pelo companheiro Fidel Castro (por quem temos o maior respeito), ver unilateralmente o que ocorre lá, quando diz que “perestroika e glasnost são iguais à política externa do Estado soviético”.

Se é verdade que a perestroika, a curto prazo (nada sei a longo prazo), é contrária aos interesses da classe operária, o mesmo não se pode dizer da glásnost.

BN - Explique melhor isso...

Mandel - A perestroika, que é a reforma no plano econômico, poderá levar a demissões em massa nas fábricas (por conta de uma “racionalização” do processo produtivo), alta de preços (devido a cortes no subsídio aos alimentos) e, pior ainda, a tentativas de destruir a coesão operária a nível de fábrica, através de uma grande diferenciação de salários e prêmios.

A perestroika exagera seu pressuposto de associar imediatamente a planificação com as insuficiências da economia. O problema central não é a planificação em si, mas a existência de uma verdadeira máfia, no âmbito da burocracia, que con-

trola a distribuição de produtos de acordo com os interesses de uma minoria privilegiada.

Vou lhe dar um exemplo: a URSS é o maior produtor mundial de batatas (supera a produção dos EUA, Alemanha Ocidental, França e Inglaterra juntos). Dessa produção, apenas 25% chega ao consumidor. O restante ou é destruído (por falta de estocagem e transporte) ou é roubado para o mercado negro. A resposta a esse problema passa pelo controle popular sobre todos os mecanismos intermediários e não o aumento de mecanismos de mercado.

Por outro lado, é absolutamente falso pensar que a glasnost, a reforma política, só interessa aos intelectuais e não aos trabalhadores. Seria o mesmo que dizer no Brasil, depois de anos de ditadura militar, que as liberdades democráticas não interessam aos trabalhadores.

BN - Em relação aos países capitalistas do chamado Primeiro Mundo, fala-se muito que hoje eles estariam gozando de uma invejável saúde econômica. O senhor concorda com isso?

Mandel - Esse tipo de opinião é um mito, uma propaganda montada pelos meios oficiais.

Devemos focar a questão com dois critérios. O primeiro é puramente econômico. O ciclo industrial normal tem durado em média sete anos e meio, com dois extremos conhecidos historicamente de cinco anos e dez anos. A última recessão começou em 1980 e terminou dois anos depois. Estou absolutamente seguro que haverá uma nova recessão nos países de ponta do capitalismo antes que se complete dez anos dessa última.

Muitos indicadores mostram isso. Os economistas burgueses sérios - não essa gente que faz propaganda nos jornais - vêem que a queda da Bolsa de Valores de Nova York, em 1987, é um prenúncio da próxima depressão. A lógica desse processo é bem conhecida: a dívida dolarizada (sem contar a que está em marcos alemães ou ienes japoneses) entre os países imperialistas é de 10 trilhões de dólares, isto é, oito vezes superior à dívida externa total do Terceiro Mundo (calculada em 1,2 trilhão de dólares). Isso cresce num ritmo tremendo.

Suas consequências são o aumento das taxas de inflação, das taxas de juros e dos déficits da balança de pagamentos de um país imperialista após o outro (com exceção da Alemanha Ocidental e Japão). O final desse processo é um “boom” puramente especulativo, sem acompanhamento de produção. O que só pode dar em recessão. Uma crise como essa rapidamente fará desaparecer a imagem de saúde do capitalismo.

Um outro indicador são os números alarmantes de desemprego: se no início dos anos 60 havia 10 milhões de desocupados no Primeiro Mundo, hoje esse número cresceu para 40 milhões!